

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CASTELO BRANCO



ATA Nº 1
SESSÃO ORDINÁRIA

28/02/2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 1/2023

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 2023, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

(A preencher nos termos do Regimento.)

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

(A preencher nos termos do Regimento.)

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e situação financeira do Município.

Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniões de Freguesia”:

2.1. União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Confeção de Trabalho de estofó. **(Proposta n.º. 1/2023)**

2.2. União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Reparação do muro do Largo de S. João, Rua da Tareleira, Caminho do Torrado, junto ao campo de futebol, Caminho do Chão da Póvoa e Rua Júlio Hermano Pedro em Ninho do Açor. **(Proposta n.º. 2/2023)**

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Descentralização de Competência nas Comunidades Intermunicipais. Transferência de Competência no Domínio da Ação Social”. **(Proposta n.º. 3/2023)**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 4 – Discussão e votação da proposta de “Alteração do Ponto 2, artigo 43º.do Regimento da Assembleia Municipal de Castelo Branco”.

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

ADITAMENTO À **CONVOCATÓRIA DA SESSÃO DE 28/02/2023**

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Projeto de Regulamento da Residência de Estudantes do Município de Castelo Branco”. **(Proposta nº. 4/2022)**

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Proposta de Designação de Júris em Procedimentos Concurrais”:

- 6.1. Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão Comercial e de Modernização Administrativa. **(Proposta nº. 5/2023)**
- 6.2. Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão de Recolha e Valorização de Resíduos Urbanos. **(Proposta nº. 6/2023)**

Ponto 7 - Discussão e votação da proposta de “Transferência de Competências para as Autarquias (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto)”:

- 7.1. Competências no Domínio da Ação Social – Prorrogação de Prazo até 3 de abril de 2023. **(Proposta n. 7/2023)**
- 7.2. Competências no Domínio do Estacionamento Público – Delegação na CIMBB. **(Proposta nº. 8/2023)**

Ponto 8 – Dirigentes Intermédios de 3.º Grau (n.º 3 do Artigo 4.º da Lei n.º 49/2021, de 29 de agosto):

- 8.1. Unidade Orgânica de Contabilidade, Orçamento e Prestação de Contas. **(Proposta nº. 9/2023)**
- 8.2. Unidade Orgânica de Cultura. **(Proposta nº. 10/2023)**
- 8.3. Unidade Orgânica de Mobilidade e Transportes. **(Proposta nº. 11/2023)**
- 8.4. Unidade Orgânica de Reabilitação Urbana. **(Proposta nº. 12/2023)**
- 8.5. Unidade Orgânica de Recursos Humanos. **(Proposta nº. 13/2023)**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

8.6. Unidade Orgânica de Turismo. (Proposta n.º. 14/2023)

8.7. Unidade Orgânica Florestal. (Proposta n.º. 15/2023)

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, Catarina Isabel Romão Proença (em substituição de António Augusto Cabral Marques Fernandes), Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Orlando Almeida Gonçalves Vicente, (em substituição de Maria José Sobreira Rafael), Francisco Manuel Pombo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, João Miguel Pereira (em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Maia), Miguel Gregório Barroso, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Joaquim Manuel Antunes Faustino (em substituição Carlos Simão Martins Mingacho, Paula Carreiro (em substituição de Daniel António Guerreiro Almeida), Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina Maria Machado Martins, Milene Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas Silva, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

António Augusto Cabral Marques Fernandes, Nuno Manuel Teixeira Maia, Maria José Sobreira Rafael, Daniel António Guerreiro Almeida, Carlos Simão Martins Mingacho.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

António Augusto Cabral Marques Fernandes, Nuno Manuel Teixeira Maia, Maria José Sobreira Rafael, Daniel António Guerreiro Almeida, Carlos Simão Martins Mingacho.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Assembleia Municipal - Damos início à sessão da Assembleia Municipal convocada de acordo com o Regimento, em vigor e com a Lei n.º 75/2013.

Para além do edital/convocatória, houve a publicação nas redes sociais oficiais do Município e também publicitação no jornal Reconquista e Gazeta do Interior.

Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal os Senhores e Senhoras Vereadoras do Executivo Municipal, caras Deputadas e Deputados Municipais, Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesia do Concelho, Municípes aqui presentes e remotamente, através das redes sociais, dirigentes e funcionários municipais e comunicação social.

Em nome da Mesa, apresento a todos uma saudação com estima e consideração e formulo o desejo de um bom trabalho para todos.

Temos então presentes 40 Deputados Municipais: 18 do GM do PS, 15 do GM do Sempre Movimento Independente, 4 do GM do PSD/CDS/PPM, 2 do GM do CHEGA e 1 GM do MPT.

A correspondência recebida que estará aqui para eventual consulta dos Senhores Deputados Municipais, é a seguinte:

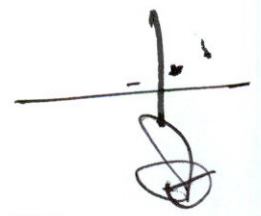
Quatro comunicações da Assembleia da República, relativamente, aos processos de desagregação das Uniões de Freguesia, respetivamente, da União de Freguesias do Ninho do Açor e Sobral do Campo, União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata, União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede e, finalmente, da União de Freguesias de Escalos de Cima e Lousa. Estas comunicações referem-se ao recebimento dos processos de desagregação na Assembleia da República.

- Da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados Roque Lda., o relatório do semestre do ROC, com a situação financeira da Câmara Municipal, relativo ao período do 1.º semestre de 2022;

- Da CPCJ, Relatório dos atos de colaboração do ano de 2022 e a proposta do plano de atividades do ano de 2023;

- Da Câmara Municipal Castelo Branco, um ofício com adenda ao tarifário de 2023, inclusão da tarifa variável de resíduos por tonelada – Comunicação deliberação da Câmara Municipal.

- Publicações das “Vozes das Misericórdias”, dezembro de 2022 e janeiro de 2023 e da “Associação Portuguesa de Deficientes”, de fevereiro de 2023.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Entraram na Mesa uma Moção do GM do S-MI que tem como tema “As Freguesias” e uma Recomendação do GM do PS com o mesmo tema “As Freguesias”. Os primeiros subscritores poderão fazer a apresentação no final e a votação será feita no final do Período de Antes da Ordem do Dia.

Posto isto, vamos passar às intervenções que vão ser feitas como sempre de forma alternada por parte dos vários Grupos Municipais e de acordo com os pedidos de inscrições que chegaram à Mesa:

2. Intervenções

Ernesto Candeias Martins (MPT) – Senhor Presidente, quero colocar aqui três questões e começo por dizer que os cidadãos e, eu próprio, utilizei palavras com a letra “D”, decepção, desilusão e desagrado. Isto por causa de 26 de janeiro, o Governo que aqui reuniu e como é apanágio, quando os Governos se deslocam, trazem algo de novo, mas, desta vez, não foi algo de novo, foi por um lado o adiamento de um projeto de construção do IC31, recorde que já vem desde 2008 essa pretensão. Recorde que no Diário da República, de novembro de 2021 o concurso para o desenvolvimento deste projeto de execução, nessa ligação com os dois troços. Depois em 3 de fevereiro, as declarações da Senhora Ministra da Coesão Territorial e depois também do Senhor Ministro das Infraestruturas. Recorde que em dezembro de 2022, esta Assembleia aprovou uma moção e tudo isto fica adiado até 2025, mas como as declarações do Primeiro Ministro das Infraestruturas que deixam aqui algo, primeiro porque fala do Simplex Ambiente, o primeiro troço e o troço que se está a referir é de Proença-a-Velha, os tais 25 km em que o impacto ambiental é positivo e não há problema. Então e o outro troço, Senhor Presidente? Não se sabe.

Interioridade, desertificação, realmente o Interior nunca tem esses potenciais de desenvolvimento para a mobilidade transfronteiriça.

Segundo, é em relação ao regadio da Barragem do Barbaído, em que efetivamente, tanta pressão por nós, a Assembleia Municipal aprovou esta moção e bem, mas novamente, a Senhora Ministra da Agricultura veio dizer que, efetivamente, não está previsto essa construção, essa barragem de apoio e por isso ficamos outra vez com adiamento, sabendo que esta Câmara adiou o projeto de 2022, para 2023, incluiu dentro do seu plano, é uma pretensão do Senhor Presidente e desta Assembleia e pergunto, se vamos avante com esta barragem, mesmo com fundos municipais ou então outra estratégia alternativa de aproveitamento de água porque já foi aqui há tanto tempo e



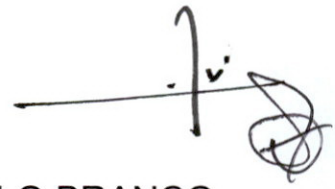
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

os meios de comunicação fizeram um trabalho muito meritório, os graves problemas de falta de água no abastecimento público e temos que prever a década de trinta.

Por último, a questão para habitação, o pacote “Mais Habitação” do PS. Neste caso recorde que já foi aqui debatido, recorde a Lei n.º. 83/2019, de 3 de setembro, segundo a Lei de Bases, o seu artigo 28.º. e 29.º. mas, sobretudo, o 28.º. que tem a ver com a promoção do uso efetivo das habitações devolutas. A minha questão é se há alguma estratégia por parte da Câmara para dar seguimento a estes apoios do PRR do Fundo Europeu, de maneira que possa apoiar aquelas famílias jovens através de arrendamento, ou construção, benefícios ou apoios para habitação, incluindo as Juntas de Freguesia, o arrendamento dessas casas devolutas que a Câmara pode, mas a minha questão também vem na sequência de algo que também aqui foi dito, se o inventário está atualizado uma vez que foram adquiridos novos edifícios e se há ou não essa estratégia por parte da Câmara para poder contemplar um plano de ação e de intervenção da habitação em Castelo Branco e nas suas freguesias.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – Quero congratular-me com o facto de já termos a bandeira de Portugal no castelo, conforme foi deliberado aqui na nossa Assembleia. Quem vem de Alcains em direção a Castelo Branco tem uma imagem muito mais bonita do castelo.

Continuando nos parabéns, também quero parabenizar todas as iniciativas políticas que foram feitas no nosso concelho e a primeira foi a do CHEGA com o nosso concelho nacional e depois tivemos também do PSD uma iniciativa, e aquela que foi o ex-libris de uma iniciativa política com um comício itinerante do PS que tinha como cartaz o Conselho de Ministros Centralizado e a palavra não é desadequada. O “circo” a que assistimos, foi mesmo isso. Não houve o cuidado de convidar os partidos políticos. Gostava de saber qual o critério utilizado para visitar determinada empresa em detrimento de outra? É a pergunta que ouvimos. Porque é que esta empresa é visitada e a outra, não é? Mas aquilo que realmente me choca mais, foi a Deputada eleita, não pelo PS, mas é do PSD, referiu isso, também não tinha sido convidada, estava o Governo na terra dela e não tinha sido convidada. Devia de haver o mínimo. Ainda para mais, a fotografia de família que foi tirada, por acaso achei curioso, ali por baixo do CCCC B tem como imagem de fundo uma obra que está degradada. Uma obra socialista.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Assistimos também a um conjunto de promessas e o famoso IC31 agora em versão de autoestrada, Alcains/Proença-a-Velha, sem detrimento das duas localidades que muito estimo, como o Senhor Presidente fez questão de frisar, teve que ser o Senhor Presidente a fazer ver ao nosso 1.º Ministro de Portugal que a via mais curta que vai ligar as duas capitais dos 2 países da Península Ibérica tinha que ser em traçado de autoestrada. Quando temos umas aulas de Geografia deficitárias às vezes acontece isto, mas os mais distraídos não se iludam, se a obra fosse muito importante quem a apresentava era o 1.º Ministro quando cá esteve.

Veio à posteriori o Senhor Ministro das infraestruturas e a Ministra da Coesão apresentar a obra com pompa e circunstância. Eu recordo o que aconteceu com um anúncio da obra pelo Ministro das Infraestruturas que já se demitiu, fazer o aeroporto em Santarém que foi desautorizado uns dias depois. E agora prometeu avançar com a obra lá para 2024, 2025, ou como a obra da ferrovia, lá para 2050. Entretanto até lá, estes Ministros ou vão ser demitidos, ou vão ser desautorizados pelo 1.º Ministro. E dir-me-ão, mas Espanha vai avançar com a obra, é desta vez que se vai fazer, não é a primeira vez que acontece termos uma boa estrada no lado espanhol e no lado português uma vereda e dou-vos o exemplo, quando chegamos a Salvaterra do Estremo, temos uma boa estrada no outro lado, do lado de cá é literalmente uma vereda.

O CHEGA não está insensível àquelas pessoas que se opõem a esta obra e para isso há que ter o cuidado de olhar o que é bem feito por essa Europa fora, ter o cuidado de integrar a obra na paisagem, respeitando a fauna, a flora e as populações.

Outro caso vergonhoso o tema das portagens.

O próprio Ministro aqui à porta desta Câmara, respondeu com algum desdenho, quando lhe perguntaram se ia ter portagens ou não, como se isso fosse um caso menor, é que ele não tem que as pagar, somos nós. Entretanto, as portagens em vez de se irem reduzindo gradualmente, aumentam gradualmente, tivemos um aumento novamente.

Senhor Presidente da Câmara, compreendo a sua ansiedade de mostrar trabalho feito e até elogio os seus esforços, mas pior do que não termos o reconhecimento, as obras, os organismos e a discriminação positiva que merecíamos no nosso território, é continuarem a iludir os nossos cidadãos. Não tenha medo das palavras. Este Governo não quer saber do interior.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM) – A habitação é um direito fundamental e um elemento crucial para o bem-estar de qualquer cidadão.

Infelizmente, muitas pessoas não conseguem comprar ou arrendar casa em condições normais de mercado e a habitação social vem dar resposta a esse problema porque nos permite proporcionar a estas pessoas um lugar para viver com dignidade.

Aqui em Castelo Branco, a Câmara Municipal,

gere os parques habitacionais municipais destinados justamente à habitação social. E no final do ano passado, quando já todos vivíamos uma enorme perda de rendimentos por culpa da inflação, a Câmara Municipal decidiu atualizar o valor das rendas sociais, leia-se “aumentar as rendas sociais” e não foi um aumento poucachinho.

Quero partilhar convosco o excerto de uma carta de um munícipe que foi dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, em outubro do ano passado e vou citá-lo: “Sou morador em habitação social desde 1974, foi com relativa surpresa que recebi da Câmara Municipal de Castelo Branco uma comunicação sobre o aumento da renda social de €127,28 para €183,47 um aumento de €56,19, ou seja, mais de 40%.

Considerando que o país em geral,

vive um aumento considerável do custo de vida, sendo sentida mais nos reformados e por essa razão o Governo Central PS, resolveu o pagamento extra de metade da reforma para ajudar o rendimento dos reformados, em sentido contrário, a Câmara Municipal de Castelo Branco decidiu aumentar a renda da minha habitação em €56,19, confrontando as duas posições, a da Câmara Municipal absorve a ajuda do Governo em 10 meses, só o aumento da renda. Como diz o ditado, “dá com uma mão, tira com a outra”. Fim de citação.

Este não é caso único, há outros e os aumentos são até mais precisos. Nós soubemos que os aumentos pelos menos o que é público, chegam aos trezentos porcentos.

Senhor Presidente estes aumentos são indecentes, não preciso de lhe dizer porque já o reconheceu numa reunião de Câmara, em dezembro, e disse inclusive que os aumentos não são sustentáveis, mas disse também que ia reverter esta decisão, mas as rendas de janeiro e de fevereiro mantiveram os valores com o aumento. Por isso, quero perguntar-lhe se reverteu ou não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

a decisão conforme prometeu em dezembro, se reverteu para um, mas não reverteu para todos e no fundo, qual é o ponto da situação, em relação ao aumento das rendas sociais. Recebemos também relatos de que dentro do parque habitacional da Câmara, há situações verdadeiramente impressionantes de prédios muito degradados, com elevadores que estão muitas vezes sem funcionamento, prédios onde residem idosos, com janelas partidas. O Senhor Presidente seguramente conhece esta realidade. E, portanto, o que é que a Câmara Municipal tem feito também para reabilitar estes prédios de habitação social porque não deixa de ser curioso que quando o Governo com pompa e circunstância apresenta um plano para habitação, onde quer tomar posse administrativa dos prédios devolutos dos particulares, não dá o exemplo, ele próprio. A Câmara Municipal de Castelo Branco também não dá o exemplo porque é proprietário de muitos prédios devolutos como sabemos, inclusive na zona histórica do castelo e muitas promessas foram feitas na altura da campanha eleitoral. Também lhe quero perguntar Senhor Presidente em que ponto está? Como é que está a reabilitação dessas casas devolutas que são propriedade do município e se poderiam, obviamente, estar ao serviço da comunidade para arrendamento acessível dos jovens?

Ana Cristina Marques Lourenço (S-MI) - Permita-me Senhor Presidente da Assembleia Municipal de o cumprimentar, e na sua pessoa cumprimentar a restante mesa, os membros do executivo, os meus digníssimos colegas da Assembleia, todos os munícipes aqui presentes, comunicação social e a quem nos acompanha online.

A exposição “Máscaras do Mundo” é o grande momento do Carnaval deste ano em Castelo Branco, dizia o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco numa entrevista a um jornal da região, a 16 de fevereiro.

Nesse momento percebemos, de forma surpreendente, que Castelo Branco iria inevitavelmente perder dinâmica, iniciativa, turismo, valor.

Nesse momento percebemos também, que as dinâmicas que os desfiles e as celebrações do Carnaval proporcionavam à cidade, às Freguesias e às Associações, tinha simplesmente deixado de existir.

Que a economia do comércio local se iria retrair, pela ausência da compra dos tecidos, fatos, tintas, e tudo o que seria necessário para ser o melhor carro alegórico do cortejo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Gostaríamos assim de saber quais foram os motivos que levaram a Câmara Municipal de Castelo Branco a tomar esta decisão da não realização do desfile de Carnaval da cidade, Associações e Freguesias? E porque é que foi tomada de “forma consciente” como disse o Sr. Presidente a uma rádio local?

Uma tradição, uma iniciativa que envolvia toda a cidade, as freguesias, as associações, os municípios, as crianças.

Uma tradição que criava dinâmicas, trazia valor, cor e alegria à cidade. Um chamariz para Castelo Branco, com claros benefícios para a economia local e para o turismo.

Perdemos claramente para cidades como o Fundão, e a Covilhã, e para as vilas de Vila Velha de Ródão e de Oleiros, que fizeram os seus corsos carnavalescos com uma afluência de público e turistas bastante significativa, que Castelo Branco também poderia ter tido.

Para nós, esta é uma medida que afasta o município da comunidade, das Freguesias e das Associações. O município não percebeu a importância que o desfile de Carnaval assume para quem participa e para quem assiste, e especialmente para o território que gere.

O SEMPRE espera que o município recue, e que para o ano o Carnaval seja um verdadeiro momento popular e de reforço da comunidade.

Terminamos com uma menção ao desfile de sexta-feira das nossas crianças. Desfile organizado com uma semana de antecedência, depois de terem informado todos os agrupamentos de escolas, todos os professores, todos os pais e encarregados de educação e as crianças que não iria haver desfile este ano.

O que terá estado na base para se ter colocado a hipótese de não se realizar este desfile? Porquê equacionar não realizar esta festa da comunidade escolar?

Depois, a decisão extemporânea em organizar o desfile, aparentemente por questões de segurança e não por opção própria, causou constrangimentos nas escolas, nos professores, e nos pais e encarregados de educação, que em menos de nada tiveram de munir os seus alunos e os seus filhos com fatos de carnaval feitos à pressa e ao sabor do vento, sem planeamento global, sem objetivo central, onde até a alegria da época se sentiu soterrada debaixo dos prazos curtos, devido ao mau planeamento da iniciativa.

Com tanta pressa, acho até que vos passou ao lado o acentuar das desigualdades sociais, pois se alguns pais conseguem pagar um fato de carnaval do último herói ou da irredutível princesa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

outros houve que apenas conseguiram proporcionar aos seus filhos um disfarce feito à pressa com uma t-shirt oversize e uns autocolantes, numa tentativa de atenuar na criança a sua diferença social perante a comunidade.

Esperamos que estas situações não se voltem a repetir.

Obrigada.

Christelle Varanda Domingos (PS) - A problemática da oferta de serviços de transporte e da mobilidade em espaço rural e em áreas de baixa densidade urbana envolve em si, um conjunto de particularidades que coloca em cima dos responsáveis políticos de cada território, o desafio de satisfazer as necessidades de deslocação destas populações através de uma oferta de serviços de transporte público que seja financeiramente sustentável, com níveis de serviço adequados e que respondam às reais necessidades das populações.

Foi com base nestas premissas que assistimos em julho de 2022 à implementação da 1ª fase do projeto Mobicab - transporte flexível a pedido, e recentemente à segunda fase deste projeto, tendo sido até aos dias mais recentes, efetuadas mais de 350 transportes. É importante referir que este serviço, pode ser ativado com um contacto telefónico de véspera para o Centro de Operações do Município que organizará o itinerário de acordo com as solicitações. Já no dia da viagem, o transporte aparece na paragem, no horário comunicado e o cliente é levado até ao seu destino final, sendo o veículo partilhado com outros clientes cujas viagens tenham um padrão idêntico. O tarifário a praticar no transporte flexível é idêntico ao do transporte público coletivo rodoviário de passageiros, com valor específico dependendo da distância da viagem. De salientar que este projeto piloto, realizou no mês de dezembro e janeiro, 98 serviços que envolveram 129 passageiros. Mais, acresce ainda a medida de gratuidade a todos os utilizadores de mais de 65 anos, sendo que foram já adquiridos com esta medida, precisamente 359 passes para estes utilizadores.

Felicito assim o executivo por este trabalho minucioso, de importante ferramenta de coesão territorial, e simultaneamente de dinamização económica uma vez que são os próprios operadores de táxi de cada zona que transportam as pessoas. Estas medidas, a par com a introdução de wifi em toda a frota Mobicab, são alguns dos exemplos fundamentais e de valor acrescentado trazido para o território, conto por isso com a vossa capacidade de trabalho e de visão para dar continuidade a este investimento que assume uma visão completamente diferenciadora daquilo que este território



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

conhecia até há bem pouco tempo: a importância da mobilidade como fator de desenvolvimento e qualidade de vida.

Não obstante, não queria deixar de salientar que pese embora todos os cenários de incerteza e inflação que assolam a economia mundial, a manutenção dos investimentos que potenciem a nossa coesão social e a nossa economia, deverá ser continuada, mas de forma cautelosa, realista e ajustada às necessidades de todos quanto aqui habitam, trabalham, estudam, visitam e pretendem investir.

De facto, é necessário afirmar Castelo Branco ao nível daquilo que a nossa cidade e o nosso concelho merece. Todos irão concordar que a atual celebração do carnaval em Castelo Branco, nos moldes como o mesmo era celebrado na 3ª feira, se tornou há muito, um modelo ultrapassado, com avultados gastos e com uma sobrecarga enorme sobre as Associações do nosso território. Posso dizer que me recordo das primeiras celebrações do Carnaval nesta cidade, num modelo que durante anos funcionou, por ser algo novo e inovador no território quando foi implementado há mais de 20 anos atrás, e que acabou já nestes últimos anos por ser uma réplica, de custos assoberbados e um festejo que esvaziava aldeias em detrimento da cidade. Há que encontrar novas respostas, um novo modelo e não apenas um evento casuístico para a fotografia. Há que encontrar um carnaval que dignifique a nossa marca e traga impacto económico para o nosso concelho.

Sr. Presidente, caro executivo, contem comigo e com a bancada do Partido Socialista para encontrar esta resposta. Conte connosco não para posições de crítica e de ataque, conte connosco para discutir e encontrar as melhores respostas e continuar com este trabalho de afirmar Castelo Branco ao nível daquilo que o nosso território merece!

Acredito que o modelo encontrado irá servir as exigências deste território e acredito que o modelo encontrado irá estar ao nível daquilo que já nos habituaram. E falo agora da passagem de ano novo em Castelo Branco. Espetáculo Movimento, um evento que afirma Castelo Branco para além do que são as mossas limítrofes regionais. Veja-se o exemplo das unidades hoteleiras de Castelo Branco que esgotaram a sua lotação na noite de ano novo. Castelo branco reforça com mais esta iniciativa diferenciadora, a sua capacidade de atração e de destino turístico em ascensão.

Foram milhares de pessoas que saíram às ruas para assistirem, não só ao espetáculo musical no centro cívico da cidade como aos espetáculos de fogo-de-artifício, que decorreram em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

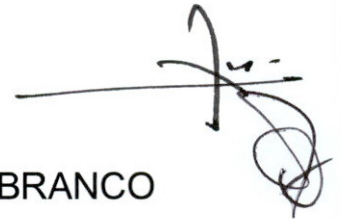
simultâneo na Devesa, Granja, Escola Superior de Saúde, Barrocal, Castelo, Estádio Vale do Romeiro, Rotunda da Europa, Carapalha e por mais 24 localidades do nosso concelho.

Salientar ainda o impacto que estes tipos de iniciativas têm no tecido económico do nosso território e no nosso comércio local em específico. Um milhão e 200 mil euros foi o resultado das vendas geradas e identificadas no comércio local do concelho através das senhas atribuídas no Sorteio de Natal, iniciativa promovida pelo Município e pela ACICB. Modelo a seguir e a replicar como fator de dinamização e potenciação do comércio local.

Mais, olhando para os dados fornecidos pela SIBS, e que estão disponíveis online, iremos ainda notar que Castelo Branco, foi em dezembro de 2022, o território de toda a faixa transfronteiriça de Portugal, a par com Évora, onde se verificou um maior volume de transações, situando-se em 5,2 Milhões de Euros em operações de multibanco, registando ainda um aumento de 17,7% de crescimento face a período homólogo.

Sabemos que não existem fórmulas mágicas e soluções à la carte, mas problemas por vezes tão complexos, mas este caminho de valorização é já visível e as apostas ganhas em tantos projetos e iniciativas só nos levam a estar confiantes no futuro que se vislumbra e me levam a ter um orgulho enorme de pertencer a este território, e poder ter assim o maior luxo que qualquer Ser Humano pode ambicionar: tempo, tranquilidade e segurança.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – Não podia deixar de trazer aqui este caso, todos vimos nas televisões os recentes casos de notícia que envolvia agentes políticos da nossa região, porque agente político e faço questão de dizer, salvaguardando o direito à promoção de inocência e da justiça o que é da justiça, mas esse agente, a figura principal dessa investigação foi mandatário da campanha do Senhor Presidente da Câmara e penso que temos que nos desmarcar, claramente, das palavras da pessoa visada, disse que eventualmente, não havia nada ilegal, mas eticamente não foi condenável. Quando eventualmente, a campanha do PS que governa esta Câmara pode alegadamente ter sido financiada por este tipo de esquemas, é uma coisa que me preocupa e não haver ninguém a aparecer na Comunicação Social publicamente desse partido que nos governa a desmarcar-se claramente deste tipo de situações é uma coisa que me repudia muito. Somos do Interior, pessoas de bem, somos pessoas de honra, onde a palavra vale muito e parece que perdemos todas e qualquer vergonha, isto é mesmo uma vergonha.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Depois, já foi aqui falado, quero deixar aqui a questão porque já ouvi falar muito do Entrudo, não gosto da palavra Carnaval porque é uma palavra brasileira. Gostava de saber, o que é que se passou com o Entrudo e não gostei porque tenho três filhos, quando disse que por questões de segurança teve que ser organizado pela Câmara. Mas as nossas crianças são uns vândalos? O que é que se passou?

Adelina Maria Machado Martins (PSD/CDS/PPM) - Ainda estamos no mês de fevereiro, mês por todos associado às celebrações carnavalescas, tradicionalmente apoiadas pelos Municípios.

Há celebrações para todos os gostos: alguns Municípios celebram com desfile o espetáculo tipo “Brasil”, com público que até paga para assistir, outros como é o caso de Castelo Branco que habitualmente celebra, para e com a chamada “prata da casa”, isto é, com o tradicional desfile temático, contextualizado e atempadamente preparado pelas creches e estabelecimentos de ensino para e com as nossas crianças que acontece na sexta-feira anterior ao entrudo.

Posteriormente, igualmente, com o apoio do município e para todos nós, as nossas associações e freguesias realizam um desfile de cariz mais ou menos sarcástico também atempadamente preparado.

Ora este ano, como todos sabemos, tudo foi diferente e para pior. A questão que se coloca é: porquê?

O apoio á celebração do carnaval que envolve, motiva e tanto agrada aos Albicastrenses não fazia parte do plano de atividades do Município?

Já ouvimos aqui várias análises, críticas, mas penso que era importante e se havia uma alternativa, ou se pensa que aquele modelo já esta ultrapassado porque não fizemos um modelo diferente?

Já que estamos a falar de planeamento, Senhor Presidente temos outra questão para lhe colocar:

Para quando a abertura do Novo Parque Urbano do Montalvão? O que é que falta para que os Albicastrenses possam usufruir daquele tão bonito espaço?

E como diz o ditado que não há duas sem três, a última questão que lhe colocamos é:

Atenta a Moção aprovada, por unanimidade, na última Assembleia Municipal, sobre a decisão de desmantelamento e extinção da DRAPC, cuja sede ainda é em Castelo Branco e a transferência das respetivas competências para a CCDRC, cuja sede é em Coimbra, Moção na qual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

o Senhor Presidente foi mandatado pelos membros desta Assembleia Municipal para interpelar o Governo sobre a reversão desta decisão, dado o impacto económico, social e mesmo político que a mesma terá para Castelo Branco. Pretendemos que nos informe sobre qual, quais foram as diligências desenvolvidas por V. Exa junto do Governo e consequentemente quais os resultados das mesmas?

Muito obrigada

Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida (S-MI) – Sete de dezembro de 2021, a Empresa Infraestruturas de Portugal, anuncia o lançamento do concurso para o desenvolvimento do projeto de execução da futura ligação rodoviária entre Castelo Branco e Monfortinho. Pela leitura da descrição da obra verifica-se que não passa de uma requalificação da EN239 que será ligada à A23 por um novo troço de duas faixas. Chamavam-lhe na altura, via IC31.20 de dezembro de 2021, possivelmente incomodado com esta decisão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, recorre à Comunicação Social e num artigo inteiramente dedicado ao IC31, entre outras coisas, refere e passo a citar: “as tomadas de decisão do tudo ou nada não interessam à região nem servem o seu progresso” Fim de citação.

30 de dezembro de 2021, foi aprovada uma moção na Assembleia Municipal, onde se pedia ao Senhor Presidente que se solicitasse ao Governo a alteração do perfil do IC31. Esta moção foi aprovada com votos contra, 14 do PS e 1 do MPT.

A propósito deste tema recordamos algumas das declarações que houve nesta Assembleia Municipal, começado pelo Senhor Presidente da Câmara, referiu então “...entre o tudo ou nada, escolhemos e apoiamos aquilo que é possível”. Fim de citação. Possivelmente a estrada com duas faixas.

Depois o líder da bancada do PS, dá-nos aqui uma lição sobre itinerários e referiu que “o itinerário complementar é definido no glossário das estatísticas dos transportes na União Europeia como sendo uma via integrada na rede nacional complementar daí o IC31 não ser uma via principal, é uma via complementar, daí ser totalmente concebível que não seja uma autoestrada, essas sim que estabeleçam sim, uma maior ligação regional. É de facto, esta via complementar, pela qual, lutamos há décadas”. Fim de citação. A via de duas faixas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Sete de janeiro de 2022, é aprovada no Executivo uma moção no mesmo sentido com os votos a favor do S-MI e PSD. Até esta altura esteve mal, o Governo, quando decidiu o IC31 sem ser em perfil de autoestrada, esteve mal o Executivo do PS e o PS local quando apoiaram esta solução e a defenderam até esta altura.

Três de fevereiro de 2023, é anunciado por dois ministros, na escadaria deste Município, o recuo do Governo da nação, no que respeita a este tema, ou seja, o projeto do IC31 vai passar a considerar quatro faixas.

Todos temos que estar satisfeitos e devemos elogiar o Governo pelo recuo no que respeita ao perfil desta via e disse o Governo não tem que se envergonhar porque esta solução, vem ao encontro da vontade dos cidadãos, configurando a solução que o S-MI defendeu desde o início. Não é, no entanto, bonito que agora se reivindique a exclusividade da reversão desta decisão, apenas para terminados setores, até porque foram aqueles que com tom de resignação reagiram ao anúncio de 2021 e agora utilizam a argumentação contrária deteriorando assim a sua credibilidade. Mas, sabemos que na vida é assim e temos que estar preparados para estes aproveitamentos, mas estou certo que se não fossem as pressões exercidas aqui e no Executivo, não teríamos hoje esta boa notícia.

Deixo também uma palavra especial para a Deputada, Cláudia André, que nas suas intervenções espelhou no Parlamento da Nação estas expressões e o sentimento de abandono que estas decisões provocaram. No entanto, perdemos mais de um ano e vou-me socorrer das declarações da nossa Deputada para caracterizar esta situação e passo a citar: “alguns pensarão, mais vale tarde do nunca, o que é verdade, mas o tarde vem de há muitos anos o que tem transformado esta obra em nunca. Por esta razão, duvido muito, não das boas intenções da Ministra, mas da sua capacidade de fazer obra deste Governo”.

Dando como bom que a nossa Deputada dispõe de informações mais detalhadas sobre este tema porque penso que participou na reunião com os dois Ministros no dia 3 de fevereiro, deixo as suas declarações para contextualizar a minha última pergunta: “ O Governo recuou o que é positivo e comprometeu-se a realizar um traçado de quatro faixas no IC31, no entanto, não podemos ignorar que foi comunicada a intenção de uma obra que não se iniciará antes de 2027,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

surgindo assim, a pergunta: que crédito poderá ter o anúncio de uma obra demonstrada de sessenta quilómetros, quatro anos antes do possível início da mesma?” Fim de citação.

Senhor Presidente, como também estive nesta reunião e é a si que cabe dar explicações a esta Assembleia Municipal, diga-nos por favor se é mesmo assim e quando na sua perspetiva vamos ter o IC31, pronto?

Carla Sofia Massano Lopes Carvalho (PS) – De facto, este tema do IC31 já começa a ser uma maçada, já que o S-MI insiste neste espalhafato, também não é por isso que vamos deixar de fazer aqui alguns apontamentos.

É certo que faz parte do jogo político criar factos políticos, mas a questão que se coloca aqui, é que o S-MI não tinha aqui um facto político para criar e, portanto, criou uma inventona, é disto que se trata, de uma tentativa falhada tentando trazer para a discussão pública um não assunto, conseguiram o quê? Conseguiram uma perda de tempo como aquela que estamos a ter aqui nesta Assembleia para além do folhetim todo do último mês da Comunicação Social e para quê? Para nada. No final a única coisa que conseguiram criar, o que resta desta vossa argumentação é apenas um bafo, um leve bafo que não interessa absolutamente aos cidadãos, nem à região. O que os cidadãos esperam do PS, é ver o IC31 concretizado e esse é o único facto político que interessa verdadeiramente às pessoas e à região.

O que se esperava do S-MI era alguma elevação que se tivesse regozijado pelo anúncio do IC31 em perfil de autoestrada que defenderam. É certo reconhecê-lo. Mas, daí a fazerem crer que foi graças às ações do S-MI que tal aconteceu, como vi numa publicação do Facebook, Senhores Deputados é uma fantasia hiperbolizada que francamente só nos faz rir com ironia.

O segundo apontamento, queria sublinhar, é que percebemos bem a frustração do S-MI, mas os factos, são os factos e o Presidente da Câmara eleito, chama-se Leopoldo Rodrigues, é este e não o outro. E foi este Presidente da Câmara que conseguiu levar a bom porto uma ambição partilhada por todos os que vivem e defendem o perfil de autoestrada há muitos anos nesta região

Para terminar, peço aos serviços que coloquem um vídeo que penso que é elucidativo e que conclui de forma clara aquilo que se passou e termina esta discussão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Só para concluir, penso que a Beira Baixa TV no dia do anúncio do IC31 em perfil de autoestrada é elucidativo, mesmo que para alguns seja difícil aceitar uma certa realidade.

Só para dizer aqui ao Senhor Deputado Paulo Almeida, que trouxe aqui anteriormente uma intervenção sobre o IC31, só é pena que tenha citado partes dos artigos e datas aqui desta mesma Assembleia Municipal e não tenha citado outras partes em que o Senhor Presidente da Câmara defendeu o perfil de autoestrada do IC31.

Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de S. André das Tojeiras) – A minha intervenção é sobre a apresentação de uma moção destinada às freguesias, a moção é simples, clara e direta, mas com uma enorme importância para garantir a qualidade de vida às pessoas que vivem no mundo rural do concelho de Castelo Branco no sentido de garantir a coesão territorial.

Uma vez que os dois pontos que constam da moção são comuns a todas as freguesias, será importante a união de todos os grupos municipais, no sentido, de votarmos, favoravelmente.

Vou passar a apresentar a moção:

“Em territórios de baixa densidade como o nosso, o desenvolvimento de políticas que priorizam a coesão territorial, são elemento essencial para o desenvolvimento equilibrado e sustentável do território.

É também inquestionável o papel determinante das Freguesias para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente, no papel de proximidade junto das populações.

Deste modo, a estreita articulação entre a Câmara Municipal e as freguesias é determinante para garantir medidas e projetos adequados às necessidades dos munícipes.

Por outro lado, são as freguesias que assumem diariamente competências e garantem a qualidade de vida das populações e, como tal, importa garantir robustez financeira às mesmas de forma que possam executar os seus compromissos.

Num contexto de aumento generalizado de preços e de atualizações salariais significativas, os orçamentos das freguesias asfixiam-se, incapacitando e fragilizando os Executivos das Freguesias na sua ação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Deste modo, apresenta-se esta moção com vista a sensibilizar o Executivo Municipal no sentido de:

- Iniciar, desde já, o processo negocial com as freguesias, com vista a atualizar os recursos financeiros atribuídos que visam garantir a assunção das competências concretizadas através dos autos de transferência, ao abrigo do Decreto Lei nº. 57/2019, de 30 de abril, de forma a que os valores sejam refletidos nos orçamentos das freguesias em 2024;

(o que as juntas de freguesia querem é o reforço do apoio normal, uma vez que a moção apresentada pelo S-MI, no Executivo referente ao apoio extraordinário, acabou por ser aprovada, portanto, o PS com esta Recomendação que nos apresentou hoje aqui, está a reagir estando a acontecer o mesmo do passado.)

- Após a aprovação de uma moção com vista à instalação de Multibancos nas Freguesias, à exceção de Castelo Branco e Alcains, que tão breve quanto possível, seja facilitado e agilizado o processo a instalação de novos terminais e que seja assegurado pelo Município uma solução global de assunção dos encargos de manutenção de todos os Multibancos instalados e a instalar”.

João Miguel Pereira (PS) - Já tinha saudades de rever tantos deputados, há dois anos que não estava aqui presente e, portanto, é sempre um orgulho e uma responsabilidade representar e defender os interesses dos albicastrenses e é exatamente nessa linha que mudou muita coisa, já percebi, muitas caras novas, uma nova composição, penso que estamos todos a lutar pelo mesmo, independentemente da nossa diversidade e divergência de opiniões.

E, de facto, hoje não venho falar do Entrudo, do IC31, venho falar daquilo que é importante, aquilo que dá emprego às regiões que são as empresas que é um ambiente de competitividade e aquilo que o território tem aqui em Castelo Branco, nomeadamente, através de um conjunto de organizações em que temos aqui presente o INOCLUSTER que muita gente se esquece que é uma estrutura organizada de mais de cento e setenta empresas que é da região centro e que no fundo desenvolve um trabalho sobretudo na ligação do Agroalimentar e estando num território onde o agroalimentar tantas vezes é desvalorizado, tantas vezes é necessário e que as pessoas esquecem daquilo que produz alimentos para nos alimentarmos a nós próprios. O Inovocluster representa aqui claramente um polo agregador. Em dois anos mudou muito, é verdade, o mundo mudou, é necessário uma interação entre as empresas e o Inovocluster e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

CATAA como instrumento operacional, um apoio também científico que acaba por dar oportunidade de juntar um conjunto de empresas e trabalharmos na inovação, na interação e temos aí o PRR e aquilo que gostaria de realçar foi o trabalho desenvolvido pelo Inovocluster e o CATAA em conjunto que viram aprovados no mês de janeiro quatro projetos, no âmbito do PRR, o que é de assinalar não só o esforço mas, sobretudo, agora é o grande desafio de os executar, são projetos muito diversos, mas aqueles temas que são os mais importantes e os desafios do século XXI, a descarbonização, a questão da transição digital e, sobretudo, de fazer chegar isto às empresas que é este o principal destino.

Portanto, Senhor Presidente da Câmara e não só este, mas todos os anteriores tiveram a capacidade de instalar o CATAA e o Inovocluster em Castelo Branco que tiveram a capacidade de manter, que continuem com esta capacidade de intervir, apoiar e utilizando aqui uma questão mais agronómica, continuem a dar-lhe o adubo necessário para avançar.

Armando Lopes Ramalho (S-MI) – Na última reunião da Assembleia Municipal, realizada do dia 22 de dezembro de 2022, no âmbito do ponto 3.1 – Apreciação e votação de propostas de “Documentos Previsionais para o Ano de 2023”. Câmara Municipal de Castelo Branco. – na nossa intervenção, a propósito do acentuado crescimento dos custos de fornecimento das várias formas de energia, que se reflete no agravamento das despesas correntes, referimos que o SEMPRE Movimento Independente, esperava ver vertidos na proposta de orçamento da Câmara municipal, necessários investimentos na reconversão da iluminação do município, com a adoção de novas tecnologias – em linha com a promessa feita no ano passado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de substituição das atuais lâmpadas por leds. Retorquiu, na altura o Sr. Presidente que eu provavelmente andava distraído e que não tinha verificado que a substituição das lâmpadas de incandescência por novas tecnologias led estava a ser feita paulatinamente no âmbito da manutenção. Também referiu que considerava que não fazia parte das atribuições da Câmara Municipal o investimento e exploração de instalações fotovoltaicas, mesmo que destinadas ao autoconsumo.

Face a estas palavras do Sr. Presidente, consideramos oportuno recordar a sua intervenção na reunião da Assembleia Municipal que ocorreu precisamente há um ano, no dia 28 de fevereiro de 2022, em resposta às preocupações manifestadas pelo Sr. Deputado Daniel Almeida, relativamente às alterações climáticas, o Sr. Presidente afirmou o seguinte: “A Câmara Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

em breve lançará concurso para substituir todas as lâmpadas de iluminação pública que não sejam led por lâmpadas led. É uma ação que devia ter sido tomada há muito tempo, que não podemos estar à espera que a REN proceda a essa substituição porque o aumento da energia tem sido tão grande e de forma tão inesperada que temos rapidamente de agir sobre este aspeto, o mesmo se passa relativamente aos muitos edifícios que são pertença da Câmara Municipal de Castelo Branco e nos quais a Câmara Municipal paga a energia. É também urgente a implementação e a instalação de painéis solares que possam reduzir o custo da fatura da energia nesses equipamentos, por exemplo, das escolas, da Escola Amato Lusitano, Escola N'Álvares, Escola Afonso de Paiva, da própria Câmara Municipal e de todas as infraestruturas do universo da Câmara Municipal onde temos de tomar medidas rápidas, urgentes e que visem, em primeiro lugar, a sustentabilidade ambiental e em segundo lugar, a sustentabilidade financeira do Executivo e da Câmara Municipal.”

Senhor Presidente, não venho alertar o Executivo para a necessidade de investimento da Câmara Municipal nas energias renováveis, isso já o fiz na reunião de dezembro! Já a forma como, em menos de um ano, a estratégia do Sr. Presidente e do executivo varia radicalmente, considero que é motivo de grande preocupação. Como também referi na reunião de dezembro passado, é importantíssimo que, neste tempo conturbado, o executivo camarário gere confiança nos agentes económicos, nos órgãos autárquicos e nos nossos municípios. Episódios como este, que infelizmente não são raros, minam qualquer confiança que possamos depositar no executivo a que preside.

Recordamos também, que em abril de 2022, assegurou que iria promover a revisão dos contratos administrativos no âmbito das transferências para as Freguesias. Recorde-se que esta revisão é essencial num tempo de grande inflação. Só com uma revisão contratual será possível garantir a necessária estabilidade aos presidentes de junta, que foram democraticamente legitimados por escrutínio eleitoral! Esta revisão irá regular a obrigação de os tratar com respeito e igualdade, independentemente do partido ou movimento pelo qual foram democraticamente eleitos! Senhor Presidente para quando esta revisão?

E a posição do executivo camarário relativa ao IC31? Sr. Presidente, neste assunto o executivo, nem sequer tentou navegar à bolina, mais parecia uma barcaça à deriva!

Por estas e por outras é que estamos preocupados! É que “para um barco sem rumo, não existem nem bons ventos, nem boas marés!”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Joaquim Manuel Faustino (PS) – Castelo Branco marcou presença na FITUR – Feira Internacional de Turismo de Madrid 2023, que decorreu, de 18 a 22 de janeiro, na capital espanhola.

A presença de Castelo Branco na feira internacional, ficou marcada pela promoção do ex-libris da cidade, o Bordado de Castelo Branco que arrebatou os vizinhos espanhóis através do vestido bordado pelas bordadoras do Centro de Interpretação do Bordado e pela produção, ao vivo, desta forma de expressão artística ímpar do nosso território.

As ações de promoção não se ficaram por aqui.

Durante cinco dias, Castelo Branco deu a conhecer a gastronomia, através de showcookins, demonstrações e provas dos produtos endógenos, como o azeite, o vinho e o mel. Deu, também a conhecer a música, através de ateliers de construção da Viola Beiroa e com momentos musicais onde este instrumento, originário da Beira baixa, foi rei. Os ofícios e as profissões tradicionais da região, também fizeram o deleite de quem passou pelo stand de Castelo Branco.

A FITUR é uma das maiores feiras do mundo a nível do turismo e, de 18 a 22 de janeiro, Castelo Branco promoveu o que de melhor tem para oferecer na região.

Mas reparem nos números:

“Fitur Madrid 2023, 18 a 22 janeiro: Esta 43ª Edição, contou com mais de 222.000 visitantes de todo o mundo, incluindo 136.000 profissionais do sector e 86.000 de público em geral, com um total de 8.500 empresas e entidades de 131 países e regiões de todo o globo, incluindo mais de 7.200”.

Foi para promover Castelo Branco, dentro e fora de Portugal, que os albicastrenses elegeram este Executivo.

Congratulámo-nos com o sucesso desta representação internacional da nossa terra.

Bem haja Senhor Presidente.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) - O Bordado Castelo Branco faz parte do nosso património cultural e artístico. O Bordado Castelo Branco é um ativo cuja continuidade de preservação e promoção, assume relevo importância numa estratégia transversal de desenvolvimento económico que acautele o seu futuro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- . Importa manter o valor deste singular e identitário ativo cultural;
- . Importa dar a conhecer o mesmo também a nível internacional;
- . Importa dar continuidade ao bordado,

preservando o mesmo e assegurando condições para que o mesmo tenha o seu valor e identidade, bem como, condições para que as bordadeiras, quer no presente, quer no futuro, contribuam para assegurar essa continuidade do nosso Bordado de Castelo Branco.

A cidade já se encontra atualmente dotada de importantes infraestruturas e equipamentos dedicados ao Bordado Castelo Branco como são exemplo o Centro de Interpretação do Bordado ou a Fábrica da Criatividade.

Não podemos também esquecer neste âmbito o Museu da Seda através da APPCDM, onde é produzida a seda natural também para os nossos Bordados de Castelo Branco.

A candidatura de Castelo Branco à Rede de Cidades Criativas da Unesco na categoria de artesanato e artes populares do Bordado de Castelo Branco é um importante e relevante contributo para a valorização e preservação da nossa cultura e tradições e concomitantemente para atratividade de promoção económica da nossa região.

A exposição por outro lado, falando ainda de Carnaval, a exposição das máscaras do mundo patente no Cibercentro de Castelo Branco, de 16 de fevereiro a 5 de março de 2023, é composta por cerca de três mil e quinhentas máscaras decoradas por crianças dos vários agrupamentos e escolas e IPSS do nosso concelho, na área das expressões artísticas. A exposição foi desenvolvida pela Câmara Municipal, no âmbito, do Programa Escola a Tempo Inteiro. Quem visita a exposição através de cada máscara percorre o mundo. A cultura e tradições de cada continente potencia o desenvolvimento artístico das nossas crianças e potencia-se ainda a criatividade das nossas crianças de uma visão e forma inovadora do Carnaval, para além dos tradicionais desfiles carnavalescos, os desfiles, antes uma produção artística e cultural em que as crianças são convidadas a absorver e a exprimir o seu entendimento do mundo a que pertencem e o seu entendimento das várias culturas que fazem parte deste mundo.

Uma exposição em que a diversidade das cores, das crianças e das expressões artísticas lhe conferem uma riqueza visual e artística em que qualquer visitante não será certamente indiferente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A habitação é um problema complexo. A habitação não é um problema que se resolva de um momento para o outro, é um problema que envolve diversos problemas, digamos que é uma questão antiga em Portugal, é uma questão que remonta a séculos passados.

Há todo um conjunto legislativo que é necessariamente mecanismo para que essa questão da habitação seja tratada com eficiência e eficácia. Não é fácil de um dia para o outro, acautelar o problema da habitação. É um problema extremamente complexo de resolver, desde logo, há a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre o direito à habitação, por um lado, o direito de propriedade, pelo outro, há uma necessidade de acautelar todos esses itens, ou seja, de estabelecer um equilíbrio necessário para todos esses itens e claro que o Estado tem um papel fundamental nessa mesma habitação, quer o Estado Central, quer as Autarquias têm um papel fundamental nessa habitação.

Certamente que os que aqui estão presentes, já sabem que vai ser desenvolvida também uma estratégia de recuperação de habitações e vai ser desenvolvida também uma preservação até de bairros históricos da nossa cidade e poderá também ser aliada como resposta há habitação e certamente o nosso Município será sensível a essa questão.

Moções

Maria do Carmo Almeida Nunes (S-MI) – O esclarecimento que pretendo é o seguinte, nos termos do artigo 41º. do Regimento da Assembleia Municipal, o nº. 3, refere o seguinte “as moções, recomendações e votos poderão ser lidos pelos seus apresentantes no Período de Antes da Ordem do Dia, não podendo o tempo mínimo de leitura ultrapassar a respetiva grelha de tempos constante do Anexo I ao presente Regimento e contando o mesmo para efeito de intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, exceto no caso de votos de pesar.”

A minha questão é a seguinte, como se aperceberam, a moção do S-MI foi apresentada dentro do Período de Antes da Ordem do Dia e aquilo que me parece que vai acontecer é a Recomendação do PS já não ser apresentada durante o Período de Antes da Ordem do Dia, durante o tempo que o PS tem disponível porque já o terminou. Só queria esclarecer esta questão porque todos estávamos convencidos, pelo menos, interpretei quanto fizemos esta redação na Comissão de preparação do Regimento desta forma. Daí o S-MI ter feito aquilo que fez.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Neste momento, aquilo que noto, em minha opinião, haver uma outra interpretação. Portanto, gostava de perceber e de uma vez por todas para que ficasse esclarecido, não é nenhuma crítica, mas quero ver isto esclarecido para o futuro.

Presidente da Assembleia Municipal – Aquilo que foi dito, se recordam, foi o seguinte, vamos discutir a Moção e a Recomendação. Não falei em leitura. Se querem discutir a Moção e a Recomendação muito bem, se não querem discutir paciência, passamos à votação. Eu não disse para ler. O que está a dizer, efetivamente está no Regimento, mas não disse para ler, agora, abrimos a discussão da Recomendação e da Moção. Não é ler.

Quem é que se quer inscrever para discussão da Moção e a Recomendação, foi o que disse e não contraria o Regimento e não contraria aquilo que disse.

Ernesto Candeias Martins (MPT) - É só para dizer o seguinte, considero pertinente esta moção, mas também considero que a Câmara, o reforço que fez no ano passado, contemplou muitas freguesias com as suas iniciativas. Lendo assim, transversalmente, uma vez que foi apresentada agora, penso que podemos chegar a um acordo e esta petição que vou fazer entre as duas. Há que reequacionar as transferências ao abrigo da legislação em vigor, sobretudo, o Decreto-Lei nº. 57/2019, em que se faça isso porque as Juntas de Freguesia são o baluarte do desenvolvimento, os motores, aqueles nichos que territorialmente se desencadeia.

O Senhor Presidente é sensível a isso, então a minha proposta, é que o faça já entre este ano de 2023, até ao final da legislatura municipal, essa transferência, naquilo que deve ser de forma transparente, os orçamentos das freguesias naquilo que é prioritário em termos do plano que aqui aprovamos. É um setor muito sensível, sabendo também de outras prioridades como as energias, como ouvi falar aqui a um Deputado, mas também outras, fique bem claro, pode-se fazer um entendimento, eu próprio, solicito que os apresentantes dos dois grupos façam essa ponte, estou disponível para o fazer porque nos parece muito pertinaz essa transferência.

Em relação aos multibancos, que a Moção do S-MI apresenta, também sou sensível, penso que as Sedes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia devem ter pelo menos uma caixa de multibanco, estamos numa sociedade digital, falamos aqui tanto de turismo e depois as pessoas que se deslocam aí pelo nosso território não tem onde efetuar isso. Portanto, sou muito sensível,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

pensava, efetivamente que isso já estava, mas diz o S-MI e muito bem em relação à manutenção, é uma das coisas que se deve ter cuidado. Portanto sou sensível a isto.

O Senhor Presidente pode articular aqui uma maneira que durante os anos de 2023 a 2025 haja uma maior transferência para as freguesias de maneira que possam satisfazer os cidadãos das suas próprias freguesias.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM) – Neste tema do apoio às freguesias é indiscutível, o Grupo do PSD/CDS/PPM sempre apoiou as freguesias e reconhece o papel fundamental que as freguesias têm, em termos, de proximidade da população, de apoio que sem isso não seria factível muito do que hoje acontece nas freguesias e do que existe, e possivelmente, seria maior o êxodo que existe, hoje nas freguesias se isso não acontecesse.

Outro ponto importante, é que todas as verbas que são aplicadas e cedidas às freguesias tem uma taxa de execução, se não for nos 100%, é muito próximo dos 100%, o que não acontece com as verbas a outros níveis.

Concordamos com o apoio, no entanto, tem que ter certos critérios definidos e factíveis e claros para todos e, desde já, face ao que vi, podemos avançar com três critérios que são fundamentais, um é o valor base que será o mínimo, no entanto, o valor tem que ser proporcional ao número de eleitores porque não é a mesma coisa ter uma freguesia com uma dimensão muito maior e também outro critério que até agora tem sido aplicado e que para nós faz todo o sentido, é a área, porque um concelho com uma dimensão pequena não tem os mesmos requisitos, as mesmas necessidades, do que um com grande dimensão. É lógico que estes fatores de majoração têm que ser analisados e discutidos e ver qual é o peso de um e do outro, mas isto é importantíssimo.

Há outro ponto que não podia deixar de referir, é que estamos na primeira Assembleia após a aprovação do orçamento. A pandemia já existia, a crise já existia, a inflação já estava presente e estas verbas já deviam ter sido contempladas no orçamento para que as freguesias pudessem saber perfeitamente com o que podem contar ao longo do ano.

Estamos disponíveis para aprovar propostas neste sentido, no entanto, estas propostas têm que ser mais concretas e com critérios mais objetivos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Uma vez que a Recomendação e a Moção são muito próximas, se houver um entendimento na fusão dos dois documentos, podem contar com o nosso apoio.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) - O apoio às freguesias é algo de vital e quem melhor do que as freguesias ao abrigo do princípio da subsidiariedade conhece melhor as necessidades dos cidadãos. As freguesias lidam diretamente com os seus cidadãos que diretamente acautelam as suas necessidades e interesses e a execução é quase 100% como aqui foi referido.

Por outro lado, este apoio é vital para a execução da resposta a essas necessidades das freguesias, mas não nos podemos esquecer e é nesse âmbito que foi também apresentada esta Recomendação pelo PS, esse apoio tem que obedecer a critérios e que devem ser calculados de acordo com critérios objetivos que tenham em conta a realidade de cada freguesia, as necessidades específicas de cada freguesia e acaulem, por assim dizer, uma equidade na atribuição desses apoios.

Recomendação (PS)

As freguesias constituem uma pedra basilar da nossa construção democrática, afirmando-se como insubstituíveis elementos de garantia de coesão territorial e social, essências para a satisfação das necessidades dos territórios em que se inserem.

É, neste sentido, imprescindível que as nossas Freguesias e Uniões de Freguesias possam continuar a prestar o necessário apoio a todos os fregueses, principalmente num momento extraordinariamente sensível. A uma pandemia imprevisível, com os tremendos impactos conhecidos que imprimiu na economia regional, somaram-se as consequências de uma guerra injustificável que trouxe o aumento do preço dos combustíveis e demais matérias-primas, da energia elétrica e do gás. Além disso, a escalada da inflação e as crescentes taxas de juro adicionam novos fatores de instabilidade que ameaçam de forma mais incisiva os frágeis.

Foi neste contexto exigente que, no passado deia 29 de abril de 2022, foi aprovada na Assembleia Municipal uma moção que sugeria à Câmara Municipal de Castelo Branco a atribuição de um apoio extraordinário às Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia do Concelho, em boa hora acolhida pelo Senhor Presidente da Câmara. Sabendo que cada vez existe um maior número de necessidades devido às novas vicissitudes com que nos vamos coletivamente debatendo e que, simultaneamente, existe a necessidade de preparar estes territórios para novas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

oportunidades, considerou-se que as transferências realizadas pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) tornam-se insuficientes face ao exposto e que, portanto, era crucial existir um reforço das mesmas.

Ao dar seguimento a esta solicitação, o Executivo Municipal cumpriu o compromisso assumindo em Campanha eleitoral de reforçar as transferências de verbas para todas as Freguesias e União de Freguesias, respeitando e exaltando os princípios da subsidiariedade, solidariedade e coesão. Os valores absolutos dos apoios concedidos não foram iguais para cada território, sem prejuízo de se respeitarem escrupulosamente todas as premissas de equidade e proporcionalidade. Importa, neste âmbito, ter igualmente em conta as Freguesias e União de Freguesias que, no passado recente, já tinham sido alvo de apoios financeiros mais significativos, decorrentes da identificação, à data em que foram concedidos, de necessidades prementes e reivindicações justas nesses mesmos territórios. Todos sabemos que as necessidades são ilimitadas e os recursos limitados pelo que é fundamental ter sensibilidade de tratar de forma diferente o que é diferente consoante alguns critérios tais como: o número de habitantes, a dimensão do território e a urgência das intervenções. É de assinalar, no entanto a vontade demonstrada pelo Executivo da Câmara Municipal de responder celebre e empenhadamente às carências sentidas a aos pedidos formulados, sempre norteado pelos faróis da isenção. Da procura da equidade de tratamento, independentemente da força política em exercício de funções nos Executivos das Juntas de Freguesia e União de Freguesias.

Congratulamo-nos ainda de que este tenha celebrados ao longo do mandato vários contratos interadministrativos com as freguesias e União de freguesia, tendo em vista resolver problemas efetivos das mesmas.

Assim, na sequência do trabalho que tem vindo a ser realizado, o grupo municipal do Partido Socialista, apresenta esta recomendação exortando o Executivo Municipal a renovar essa proposta, concedendo de novo um apoio extraordinário, que possa ser investido na melhoria da qualidade de vida dos vários fregueses e que permita criar oportunidades de regresso e de tração de famílias. Este apoio extraordinário deverá, naturalmente, ser calculado de acordo com a realidade de cada freguesia obedecendo novamente a critérios de diferenciação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Luis Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de S. André das Tojeiras) –

Depois de tudo o que ouvi, quero dizer o seguinte, a Moção e a Recomendação não são a mesma coisa, são coisas complementares, instrumentos úteis e importantes às freguesias, mas são duas situações diferentes. Enquanto que a moção diz respeito a transferências estruturais, a recomendação que o PS aqui apresenta, diz respeito a uma transferência extraordinária, portanto, as duas são complementares uma à outra.

As transferências extraordinárias, como o próprio nome diz, são extraordinárias e as transferências estruturais são negociadas e cabimentadas no orçamento das freguesias para o ano de 2024 e aí as freguesias no início do ano sabem com aquilo que contam.

Presidente da Assembleia Municipal – Quero informar a Assembleia que ontem realizámos uma reunião da Comissão Permanente e nessa reunião, entre outras questões, foi sugerido que tendo em conta às vezes a duração das Assembleias, houvesse um período interrupção de dez minutos.

Nesta perspetiva pergunto à Assembleia se alguém se opõe há interrupção de **10 minutos**.

Interrupção dos Trabalhos – 11.05 horas

Início dos Trabalhos 11.15 horas

Moção A (S-MI)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a respetiva moção.

Recomendação B (PS)

As freguesias constituem uma pedra basilar da nossa construção democrática, afirmando-se como insubstituíveis elementos de garantia de coesão territorial e social, essências para a satisfação das necessidades dos territórios em que se inserem.

É, neste sentido, imprescindível que as nossas Freguesias e Uniões de Freguesias possam continuar a prestar o necessário apoio a todos os fregueses, principalmente num momento extraordinariamente sensível. A uma pandemia imprevisível, com os tremendos impactos conhecidos que imprimiu na economia regional, somaram-se as consequências de uma guerra injustificável que trouxe o aumento do preço dos combustíveis e demais matérias-primas, da energia elétrica e do gás. Além disso, a escalada da inflação e as crescentes taxas de juro adicionam novos fatores de instabilidade que ameaçam de forma mais incisiva os frágeis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Foi neste contexto exigente que, no passado deia 29 de abril de 2022, foi aprovada na Assembleia Municipal uma moção que sugeria à Câmara Municipal de Castelo Branco a atribuição de um apoio extraordinário às Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia do Concelho, em boa hora acolhida pelo Senhor Presidente da Câmara. Sabendo que cada vez existe um maior número de necessidades devido às novas vicissitudes com que nos vamos coletivamente debatendo e que, simultaneamente, existe a necessidade de preparar estes territórios para novas oportunidades, considerou-se que as transferências realizadas pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) tornam-se insuficientes face ao exposto e que, portanto, era crucial existir um reforço das mesmas.

Ao dar seguimento a esta solicitação, o Executivo Municipal cumpriu o compromisso assumindo em Campanha eleitoral de reforçar as transferências de verbas para todas as Freguesias e Uniões de Freguesias, respeitando e exaltando os princípios da subsidiariedade, solidariedade e coesão. Os valores absolutos dos apoios concedidos não foram iguais para cada território, sem prejuízo de se respeitarem escrupulosamente todas as premissas de equidade e proporcionalidade. Importa, neste âmbito, ter igualmente em conta as Freguesias e Uniões de Freguesias que, no passado recente, já tinham sido alvo de apoios financeiros mais significativos, decorrentes da identificação, à data em que foram concedidos, de necessidades prementes e reivindicações justas nesses mesmos territórios. Todos sabemos que as necessidades são ilimitadas e os recursos limitados pelo que é fundamental ter sensibilidade de tratar de forma diferente o que é diferente consoante alguns critérios tais como: o número de habitantes, a dimensão do território e a urgência das intervenções. É de assinalar, no entanto a vontade demonstrada pelo Executivo da Câmara Municipal de responder celebre e empenhadamente às carências sentidas a aos pedidos formulados, sempre norteado pelos faróis da isenção. Da procura da equidade de tratamento, independentemente da força política em exercício de funções nos Executivos das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias.

Congratulamo-nos ainda de que este tenha celebrados ao longo do mandato vários contratos interadministrativos com as freguesias e Uniões de freguesia, tendo em vista resolver problemas efetivos das mesmas.

Assim, na sequência do trabalho que tem vindo a ser realizado, o grupo municipal do Partido Socialista, apresenta esta recomendação exortando o Executivo Municipal a renovar essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

proposta, concedendo de novo um apoio extraordinário, que possa ser investido na melhoria da qualidade de vida dos vários fregueses e que permita criar oportunidades de regresso e de tração de famílias. Este apoio extraordinário deverá, naturalmente, ser calculado de acordo com a realidade de cada freguesia obedecendo novamente a critérios de diferenciação.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a respetiva moção.

Presidente da Câmara Municipal – Tentarei responder às questões que me foram colocadas e começo pelo Senhor Deputado, Ernesto Candeias Martins, que colocou três questões muito objetivas. Referiu em primeiro lugar, à visita do Governo e àquilo que é o resultado da visita do Governo, em Castelo Branco.

Senhor Deputado, se mais não fosse, a visita do Governo seria já importante pelo número de visitas que aqui tiveram lugar, pela presença do Senhor Primeiro Ministro e dos diferentes Ministros e Secretários de Estado que visitaram diferentes instituições da nossa cidade e do nosso concelho e também pelo facto de terem percebido aquilo que são as nossas necessidades, mas também aquilo que são as potencialidades do concelho de Castelo Branco. Recordo que das quarentas e muitas visitas efetuadas nesses dois dias pelos Ministros e Secretários de Estado, vinte e seis foram realizadas no concelho de Castelo Branco.

Quanto aos anúncios e resultados, tivemos o anúncio na semana a seguir do IC31 depois articulado com as Infraestruturas de Portugal e acredito que a seu tempo virão novos anúncios que resultaram claramente da visita que o Governo aqui efetuou.

No que diz respeito ao regadio aqui a norte da Gardunha, ou a sul da Gardunha e a montante da Barragem da Marateca de St^a. Águeda mantemos exatamente a mesma posição que iniciamos este mandato e que temos reafirmado. O Executivo Municipal do PS, na Câmara Municipal, só estará para viabilizar o regadio a sul da Gardunha se tivermos a salvaguarda, da Barragem do Barbaído. Já pedimos à EPAL que nos envie o projeto da barragem para que o possamos reavaliar, adaptar àquilo que são os tempos correntes e é nossa intenção, independentemente, do apoio ou não do Governo para esta construção e levar por diante a construção da barragem do Barbaído.

No que diz respeito à habitação e ao pacote apresentado pelo PS, nos últimos dias, sobre habitação e aquilo que é a estratégia de Castelo Branco a esse nível, estamos a ultimar a estratégia local de habitação. Quando tomámos posse, havia apenas a contratação de uma empresa para iniciação do Plano Estratégico de Habitação, é um documento complexo que demora tempo a ser elaborado. Pedimos antes de trazer a discussão e deliberação do Executivo, a Assembleia Municipal, ao IRU uma primeira apreciação, relativamente à estratégia local de habitação que pretendemos depois apresentar e já tivemos uma resposta por parte do IRU, neste momento estamos a fazer as alterações que nos solicitaram de modo a que depois



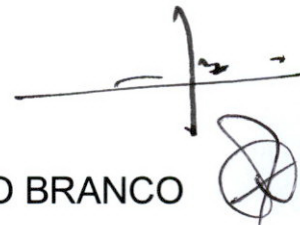
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

desse documento que é estrutural e fundamental, sem este não se pode negociar os meios, depois disso iremos lançar a construção, a reconstrução e também a construção por parte dos privados para efeitos de habitação.

Quando ao Senhor Deputado João Ribeiro e aos critérios para visitar as empresas, foram vários critérios que os próprios Ministérios e os Gabinetes de Apoio a esses Ministérios identificaram e que depois nos pediram apoio, no sentido, de diligenciar a visita a essas mesmas empresas, o tempo infelizmente foi muito mais curto, apesar de terem sido dois dias, do que aquilo que seria necessário para visitar todas as empresas.

Em Castelo Branco foram essencialmente instituições públicas, visitamos no primeiro momento, com a Senhora Ministra da Justiça, o Tribunal de Trabalho de Família de Menores até para perceber a forma como este tribunal está a trabalhar, no sentido, de ter uma estratégia inovadora, ou uma metodologia inovadora que protege as crianças e jovens durante a fase do testemunho e a Senhora Ministra da Justiça quis presenciar isso pessoalmente.

Depois tivemos um momento que considero extremamente importante pelo simbolismo que tem, mas também pelo resultado que apresenta e que foi a visita do Senhor Primeiro Ministro e também do Senhor Ministro da Economia, à ex-Dielmar, atual Valérius. É uma visita que reportamos de muito importante porque não nos podemos esquecer que no verão de 2021 a Valérius, neste caso concreto, a Dielmar fechou portas, lançou no desemprego mais de duzentas pessoas e nessa altura dissemos ainda em campanha eleitoral que tudo faríamos para que a Dielmar voltasse a abrir as suas portas para que esta marca continuasse a existir e para que Alcains não perdesse duzentos ou aproximadamente, postos de trabalho. Felizmente, tivemos o empenho do Senhor Primeiro-Ministro, mas também do Senhor Ministro da Economia durante esse verão difícil para as gentes de Alcains, mas também para gentes de outras freguesias que habitam próximo de Alcains e tivemos o empenho, como disse, desses membros do Governo em articulação com a candidatura do PS. Hoje, felizmente, temos a empresa Valérius a funcionar que emprega praticamente todos aqueles que antes já laboravam nessa empresa e de acordo com aquilo que nos foi transmitido pelo empresário que tomou os destinos dessa mesma empresa, só não ficaram a trabalhar aqueles e aquelas que por opções de vida, sejam elas pessoais, ou profissionais, pretenderam ter outra solução. Além disso, para além desses trabalhadores que no fundo foi a grande motivação para a empresa Valérius vir para Alcains, foi a competência, o saber, a experiência desses trabalhadores, para além disso, a Dielmar mantém a sua marca e a empresa Valérius que aí labora, já promoveu mais formação em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, através do Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco e há pessoas a trabalhar na empresa Valérius que não trabalharam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

anteriormente na Dielmar, mas que vêm acrescentar valor e vêm promover a renovação de Quadros e de conhecimento porque são pessoas mais jovens e também sabemos, qual é a situação de muitos dos trabalhadores da ex-Dielmar, pessoas já com alguma idade e que a curto ou médio prazo terão condições para ir para a reforma, mas que é importante também que essa transição se faça e que esse passar de conhecimento se faça.

Consideramos essa visita fundamental, considerámo-la importante e consideramos muito positivo que o Senhor Primeiro Ministro tenha visitado a Dielmar, tenha passado pelos diferentes setores da fábrica e que tenha percebido a satisfação das pessoas que ali trabalham e também a forma como o empresário que tomou conta da empresa se posiciona, relativamente à mesma.

Hoje, é uma realidade e Alcains pode dizer que continua a ter uma grande indústria e que leva o nome de Castelo Branco por esse mundo fora.

Quanto ao CCCC, Senhor Deputado do CHEGA, de facto é uma obra do PS, onde curiosamente o Partido CHEGA há pouco tempo realizou a sua convenção, portanto, o facto, de ter escolhido esta obra feita pelo PS, no Município de Castelo Branco para fazer a sua convenção para trazer os dirigentes nacionais do Partido CHEGA, é bem demonstrativo do simbolismo, mas também da importância desta obra para o nosso concelho e para o nosso país.

Quanto ao Senhor Deputado Miguel Barroso, coloca aqui a questão da habitação também, penso que uma parte daquilo que abordou, já ficou respondido e coloca e muito bem, essa questão, porque assim tenho a oportunidade de responder. A questão do aumento das rendas no que diz respeito à habitação social, tive oportunidade de falar com a Senhora Engenheira Otilia que na altura era responsável por esta área da habitação e para perceber as razões pelas quais tínhamos tido aumentos não muito significativos, mas aumentos que ainda têm algum peso, estes decorrem simplesmente da lei e de uma avaliação dos rendimentos das pessoas que vivem nas casas do Município que têm que fazer entrega, ou prova de todos os anos dos seus rendimentos. Esta atualização é feita de acordo com aquilo que pude observar e há efetivamente rendimentos muito diferentes e às vezes rendimentos que aumentam muito significativamente o que levam à necessidade deste tipo de aumento e deste tipo de atualização. Ainda assim, é prerrogativa de cada um dos arrendatários poder quando entender e se o entender pedir uma reavaliação do seu processo de modo que o valor da renda que lhe foi atribuído, possa ser avaliado ou reavaliado e se não tiver correto possa vir a ser novamente adaptado. Portanto, não há aqui uma utilização abusiva, ou um aumento abusivo por parte da Câmara Municipal, há apenas o cumprimento da lei e as consequências que decorrem dessa mesma lei.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Depois a Senhora Deputada Ana Lourenço que há um ano atrás, manifestou-se contra a forma como a Câmara Municipal promoveu as atividades do Natal. Este ano esqueceu-se do Natal. Esqueceu-se que existiu uma dinâmica económica social e de visitação extremamente importante, entre os dias 7 de dezembro ao dia 6 de janeiro que trouxe a Castelo Branco centenas ou milhares de pessoas que dinamizou o comércio local e também a área da restauração e da hotelaria e traz-nos o Carnaval. E diz a Senhora Deputada com muita convicção que todas as freguesias participavam e eu pergunto, quantas vezes participou Tinalhas nos desfiles de Carnaval? Quantas vezes participou S. Vicente da Beira? Quantas vezes participou Monforte da Beira? Quantas vezes participou os Cebolais de Cima? E poderia continuar, Senhora Deputada, perguntando quantas das nossas freguesias participaram, anualmente, nos desfiles de Carnaval. Quantas vezes participou St. André das Tojeiras?

Tivemos também a informação, por parte, de algumas Associações que o Desfile de Carnaval, nos moldes, em que era realizado, causava dificuldades e causava alguns constrangimentos. Em política temos que ter opções e coragem e tomamos uma opção e a opção que tomamos, foi que este ano não faríamos desfile de Carnaval. Fizemo-lo de forma consciente sabendo que a Senhora Deputada ou outras pessoas nos viriam a criticar pelo facto de não termos feito o Desfile de Carnaval. Como disse, assumimos inteiramente aquilo que foi a nossa decisão, convencidos que no futuro encontraremos soluções para aquilo que é a dinâmica económica, social, e também recreativa de Castelo Branco e do concelho de Castelo Branco.

Quanto ao Carnaval dos mais jovens que também aqui foi referido e que foram aqui trazidas as declarações que fiz acerca das questões da segurança, tínhamos também, verdade, seja dita, e gosto de assumir aquilo que são as minhas decisões, tínhamos assumido não fazer o Desfile de Carnaval com as crianças, tínhamo-lo feito também em articulação com alguns professores de algumas escolas que nos mostraram a dificuldade de trazer as crianças durante o desfile de Carnaval e da sua participação. Tivemos entretanto, conhecimento que algumas instituições, sobretudo instituições particulares de solidariedade social estariam a organizar-se, no sentido, de desfilarem pela cidade sem aquilo que é a supervisão e também o acompanhamento por parte do serviço municipal, de proteção civil e também por parte da Polícia de Segurança Pública que acompanha estas iniciativas e foi nesse sentido e sabendo isso que reunimos com os Agrupamentos de Escolas e perguntamos-lhes qual era a opinião deles e se havia condições para realizar o Carnaval. A resposta que tivemos foi positiva, os Senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas disseram-nos que tinham condições para realizar os desfiles de Carnaval com as crianças e o desfile de Carnaval aconteceu com algumas limitações, é verdade, com alguns condicionantes, mas aconteceu e aconteceu com segurança elogiada por muitos daqueles que participaram. Ainda esta semana tive a oportunidade de conversar com um professor que me dizia, “Senhor Presidente parabéns pela organização do desfile das crianças porque já participo com os meus alunos há muito tempo e nunca tivemos um desfile tão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

bem organizado e com tanta segurança”. E para falar de segurança no Desfile de Carnaval tenho que aqui fazer uma referência à equipa da Escola a Tempo Inteiro que acompanhou este desfile e com a sua intervenção, permitiu que aquilo que acontecia em outras ocasiões e não é nenhuma crítica, é apenas uma constatação e também uma preocupação que havia, que era o facto dos pais das crianças muitas vezes sem darem o conhecimento aos professores responsáveis pelos grupos, simplesmente, levavam os meninos e as meninas causando com isso algum incomodo e, sobretudo, algum receio, por parte, de quem é responsável por cuidar de crianças tão jovens e de crianças que precisam dessa atenção. O que é certo e que se concretizou e, como disse, concretizou-se de forma positiva, com participação de muita gente.

De referir ainda, está ali a Senhora Administradora Delegada dos Serviços Municipalizados, a forma eficiente, após o término do desfile de Carnaval, as equipas dos SMAS fizeram a sua intervenção e passado uma hora a cidade estava limpa e estava novamente aberta à circulação.

Senhora Deputada Adelina Martins, coloca aqui algumas questões que consideramos importantes, também sobre o Carnaval, penso já ter respondido. Coloca aqui também a sua preocupação no que respeita à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro. Tal como fizemos, relativamente ao IC31, temos contactos com descrição e com a reserva que estas questões exigem. A Senhora Deputada é também uma Deputada experiente nas questões da política e nas negociações da política, sabe tão bem, como eu, que não é por fazer muito barulho que concretizamos mais ou menos aqueles que são os nossos objetivos.

Sabemos que temos no país um processo de reorganização e de regionalização, esse processo fazia parte do programa do programa eleitoral do PS, com a vitória do PS nas eleições legislativas, essa proposta eleitoral transformou-se no programa do Governo e o que é certo é que nesse programa do Governo está contemplado a regionalização. E a regionalização passa de acordo com aquilo que são esses princípios pela organização dos serviços de modo a que as intervenções nas diferentes áreas, sejam coordenadas a partir de um centro e como sabemos é a CCDR. Aquilo que está no momento, neste processo, é precisamente isso, vai ser em princípio, aprovado agora na reunião de Concelho de Ministros na próxima quinta feira, a Lei Orgânica do novo Instituto Público que vai substituir as CCDR, que contempla não apenas um Presidente e dois Vice-Presidentes, mas que vai contemplar um Presidente e quatro Vice-Presidentes até 2025, após as eleições autárquicas, passe a haver a eleição direta dos dirigentes das coordenações regionais, até lá, aquilo que está previsto, é que a estrutura Dirigente seja coordenada a partir das CCDR.

Ontem, estive a falar com o Senhor Primeiro Ministro, presencialmente, mantendo nos locais onde estão as Direções Regionais os mesmos trabalhadores com as mesmas competências que têm neste momento. São algumas das preocupações, acredite que não são só suas, mas de todos os habitantes de Castelo Branco e acredite também Senhora Deputada que não temos estado quietos. Fez na sexta-feira, oito dias, aqui mesmo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

no Salão Nobre da Câmara Municipal de Castelo Branco, tivemos uma reunião com a Senhora Ministra da Administração da Coesão Territorial e também com a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Júlia Rodrigues para falar acerca deste assunto. Em devido tempo voltaremos a este tema que consideramos de extrema importância.

Quanto ao Senhor Deputado, Paulo Almeida....

Presidente da Assembleia Municipal – Desculpe interromper Senhor Presidente, obviamente, que o Presidente da Assembleia Municipal é que faz a gestão dos tempos, e quero dizer que o Senhor Presidente da Câmara tem 15 minutos para intervir. O ponto nº. 7 do artigo 41º do Regimento diz que “A Câmara Municipal pode intervir, para efeito de resposta, em relação a matérias que tenham sido visadas, não devendo as suas intervenções exceder, globalmente, quinze minutos, salvo quando o Presidente da Assembleia Municipal considerar que o número de intervenções ou a complexidade do assunto justifique o alargamento do período de intervenção.”

Pergunto à Assembleia Municipal se estamos todos de acordo com a intervenção que o Senhor Presidente da Câmara está a fazer, independentemente, de ultrapassar os 15 minutos, é perfeitamente pertinente face aquilo que se passou aqui.

O Senhor Presidente da Câmara está a prestar contas a esta Assembleia e, independentemente, de ultrapassar o tempo que está previsto no Regimento, acho eu, e tem essa prerrogativa em termos do Regimento, mas dirijo essa palavra à Assembleia se estas questões que o Senhor Presidente está a referir, são ou não pertinentes para a Assembleia Municipal, para a vida do concelho e para os munícipes. Na minha opinião acho que sim. Se alguém acha o contrário, faça o favor de se manifestar, ponho à votação.

Senhor Presidente faça o favor de concluir a sua intervenção.

Presidente da Câmara Municipal - Obrigado Senhor Presidente da Assembleia, estou quase a concluir.

O Senhor Deputado, Paulo Almeida, apresenta aqui a questão do IC31. A Senhora Deputada, Carla Massano já disse aquilo que pensamos acerca deste assunto, quase todos, alguns estão cá mais recentemente, mas a maioria de nós, aqueles que andamos cá há mais tempo, tivemos ocasião em diferentes governos, sejam do PS, do PSD, seja do PS com apoio da geringonça, seja do PSD aliado ao CDS, todos tivemos a oportunidade de nos expressar acerca da importância do IC31 para esta região. Todos tivemos a ocasião também de votar nas moções e de votar tomadas de posição, relativamente, a esta questão. O que é certo, é que este objetivo, de há muito, ainda não se concretizou e há muito tempo que nos debatemos por isso. Quando em 2021, tivemos a visita, na altura, da Senhora Ministra e também do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas para nos apresentar uma proposta de início de processo da construção do IC31,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

apresentaram-nos uma proposta de uma via em duas ou três faixas. Foi uma reunião realizada nas instalações da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, nessa altura, tivemos a oportunidade de dizer à Senhora Ministra da Coesão Territorial e também ao Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas e de mais dirigentes que ali estiveram presentes que esse não era o nosso objetivo e que essa não era a nossa ambição. E foi isso que fizemos ao longo de muito tempo, de todo o tempo que veio culminar no anúncio feito pela Senhora Ministra e pelo Senhor Ministro das Infraestruturas e tive ocasião de escrever porque depois Senhor Deputado, temos que ler tudo, tive oportunidade de escrever um artigo que publiquei no dia 20 de dezembro de 2021, e cito: “o IC31 que a região ambicionava, ainda não é aquela que nos foi apresentada, continuaremos a lutar por um IC31 construído em perfil de autoestrada”. Mas, não fique por aqui.

Fiz aquilo que ainda agora referi à Senhora Deputada Adelina, que foi no tempo certo, nos locais certos, falar com quem tinha a capacidade para decidir e, neste caso, concreto, quem tinha a capacidade para decidir era o Senhor Primeiro-Ministro e foi, efetivamente, decorrente de duas conversas que tive com o Senhor Primeiro-Ministro que esta decisão foi tomada. Não estou aqui para me armar, de uma via com quatro faixas. Estou a dizer que fiz aquilo que é a minha obrigação enquanto Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, eleito pelos Albicastrenses, com a responsabilidade de defender o nosso território e os interesses deste território e foi isso que tive na primeira conversa com o Senhor Primeiro-Ministro que lhe disse que o IC31, com 2 faixas não servia a nossa região e o país e posso-lhe dizer que no mesmo dia o senhor Primeiro-Ministro, disse ao Senhor Secretário de Estado que estava presente “veja por favor porque há uma questão relacionada com o ambiente, qual é o ponto da situação, relativamente, a isto para que possamos avançar com uma estrada em perfil de autoestrada”. Não foi há muito tempo que isto aconteceu e tive uma segunda intervenção, na reunião que o Senhor Primeiro-Ministro fez com os outros Ministros e também com os Presidentes de Câmara do Distrito de Castelo Branco, na visita do Governo em que fiz uma intervenção em que voltei a apelar à sensibilidade e também sobretudo àquilo que é a perspetiva de desenvolvimento deste território do país e em que o Senhor Primeiro-Ministro deu orientações claras e objetivas à Senhora Ministra da Coesão Territorial e ao Ministro das Infraestruturas para levar por diante um projeto em perfil de autoestrada.

No final, Senhor Deputado, aquilo que conta são as decisões e a decisão que foi tomada valoriza a nossa região e será promotora do desenvolvimento desta região.

Depois, há a questão dos tempos, da realização e da concretização, de facto, quando começamos a falar de 2025, 2026, e 2027 ficamos a pensar que é muito tempo e, efetivamente, é muito tempo e gostaríamos que fosse já hoje, ou que fosse já amanhã. Gostaríamos que as máquinas fossem descarregadas no mesmo dia em que o Senhores Ministros aqui estiveram, comesçassem a fazer obra, mas sabemos, sei eu,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

sabe o Senhor e sabemos todos que não pode ser assim. Esta é uma intervenção complexa, de engenharia, de alto significado que carece em primeiro lugar da elaboração do projeto de engenharia e em segundo lugar da elaboração também dos projetos ambientais ou dos estudos de impacto ambiental.

Efetivamente para metade do percurso, existe já um estudo de impacto ambiental, mas não existe para a outra metade. Não existe projeto para o IC31 e gostava de perceber e se assim for, contrato já se o puder fazer em termos de contratação pública, quem tiver já esta solução, se alguém nesta sala, neste concelho ou neste país consiga em três ou quatro dias, ou em três ou quatro meses, num ano ou dois, resolver estes problemas de contratar projetos, fazer o projeto, levar por diante os procedimentos tendentes à execução do mesmo projeto em menos tempo do que aquilo que está previsto.

Posso dizer ainda que na reunião que aqui tivemos antes da apresentação da Senhora Ministra e do Senhor Ministro das Infraestruturas desta decisão que aqui esteve presente também o Diretor das Infraestruturas da Estremadura que têm projeto feito há muito tempo concluído para trazer a autoestrada até Monfortinho e que aqui explicou que vai precisar pelo menos de um período de tempo que vai até ao final de 2024, prevendo poder lançar a obra no início de 2025. Estamos a falar de outro país e dos mesmos problemas, naquilo que é a realização de obra. Portanto, quando temos informação que em 2025, foi o que o Senhor Ministro das Infraestruturas aqui afirmou, poderemos ter as máquinas aqui no terreno, até considero que é uma perspetiva positiva porque o trabalho que há para fazer é muito, as dificuldades que se podem vir a colocar são bastantes e o que é importante, é que se decidiu em favor da região. E, mais uma vez refiro, reitero que esta não é uma vitória do Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco. Não. Esta é uma vitória de Castelo Branco, é uma vitória minha, é uma vitória vossa, é uma vitória dos nossos filhos e é uma vitória em prol do futuro e do desenvolvimento.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sto. André das Tojeiras, falou-nos aqui sobre a moção que já foi votada.

O Senhor Deputado João Pereira, a quem saúdo o regresso a Castelo Branco e gosto muito de o ver por cá, fala-nos do Inovocluster, é de facto, uma entidade muito importante que tem vindo a fazer um trabalho muito positivo, com dificuldades que estão a ser ultrapassadas e devo dizer aqui, pela Senhora Diretora, também pela Senhora Presidente do Inovocluster que tiveram que resolver um conjunto de situações que não estávamos à espera de encontrar, mas que estão a ser resolvidas de forma também discreta como compete também fazer nestas situações para que o Inovocluster possa continuar a afirmar-se como uma instituição importante, não apenas para Castelo Branco, mas para o território e também para o país.

A estratégia, traz-nos o Senhor Deputado Armando Ramalho, com a sua força e com o entusiasmo que sempre coloca nestas intervenções, se há coisa que nos falta é estratégia, Senhor Deputado, e até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

gostaríamos, por exemplo, que tivesse havido uma visão de estratégia local de habitação para que hoje, nos permitisse estar a fazer projetos para a reabilitação das casas.

Estamos efetivamente a trabalhar naquilo que diz respeito à eficiência energética, associamo-nos a uma agência de energia que é a Enerarea e é com essa agência que estamos a avaliar e que estamos a projetar aquilo que será o desenvolvimento e as respostas energéticas do Município e do Concelho.

O Senhor Deputado, Joaquim Faustino, falou sobre a FITUR, foi mais uma vez uma presença forte de Castelo Branco que também estará presente a partir de quarta-feira na BDL com os nossos produtores, com a nossa gastronomia, com os nossos produtos locais.

O Senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes, fez uma intervenção política e para não ocupar mais tempo, fico por aqui.

Paula Carreiro (PS) – Venho questionar o Senhor Presidente da Câmara, com toda a estima que tenho por V. Exa., se nos pode aqui assumir e penso que é o timing correto atendendo que é esta quinta-feira que a Lei Orgânica vai ser aprovada no Conselho de Ministros, se pode assumir aqui perante esta Câmara e todos os albicastrenses que estará na linha da frente na defesa pela Direção Regional de Agricultura de Castelo Branco, como centro de decisão, como organismo que despacha diretamente com o Ministro da área e como aquela que foi uma bandeira do PS que foi trazer a sede da Agricultura para o Interior.

Adelina Maria Machado Martins (PS/CDS/PPM) – Senhor Presidente falta responder a uma questão que coloquei sobre o Parque Urbano de Montalvão. Para quando a sua abertura?

Presidente da Câmara Municipal – Quanto à abertura do Parque Urbano de Montalvão, será emitido o relatório esta semana pelos serviços da Câmara Municipal, no sentido, de se concretizar a receção provisória daquela obra. Ela teve várias prorrogações na sua execução. A última prorrogação previa até final deste mês, portanto, neste momento, estamos em condições para fazer a receção provisória do parque para que possa ser aberto.

Quanto à Direção Regional de Agricultura e Pescas, Deputada Paula Carreiro, já lhe respondi. Será aprovada a Lei Orgânica, do novo Instituto e aquilo que farei e sempre fiz, é defender Castelo Branco e os interesses de Castelo Branco, tal como acredito que os albicastrenses votaram no PS e nos membros do PS para que façam esse trabalho junto das entidades e do Governo.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e situação financeira do Município.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28/02/2023

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

- a) e b) **Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira:** têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.
- c) **Situação financeira em 17/02/2023:**
- i) **Saldo de Operações Orçamentais** – € 45.506.919,73
 - ii) **Saldo de Operações Não Orçamentais** – €3.030,41
 - iii) **Valor em dívida em 17/02/2023** – € 345.314,83
 - iv) **Outros:**
 - **CMCB** – Ver anexo I.
 - d) **Reclamações:** Nada a assinalar.
 - e) **Recursos hierárquicos** – Nada a assinalar.
 - f) **Processos judiciais em curso/ fase processual atual** – Ver anexo III.

Presidente da Câmara Municipal – Enviamos um relatório circunstancial daquilo que é a atividade da Câmara Municipal, no período que medeia entre a última Assembleia Municipal e a sessão de hoje, de qualquer modo e, ainda assim, queria apresentar dois ou três aspetos que consideramos importantes na nossa atividade durante este período de tempo.

Neste momento o Senhor Presidente, fez uma apresentação com projeção da atividade da Câmara.

Ernesto Candeias Martins (MPT) – Congratulo-me com a exposição e atividade do Senhor Presidente, sempre naquelas vertentes que habitualmente tem feito, compreendo que a cultura é um princípio cívico, é a partir daí que a cidadania realmente se desenvolve e por isso mesmo, congratulo-me, igualmente, em relação àquilo que é o seu empenho e do Senhor Vice-Presidente em relação à cidade criativa, fica só aqui uma deixa, já o disse, estou disponível para apresentar porque uma cidade criativa sem pertencermos à cidade de educadoras, uma vez que aqui os nossos concelhos limítrofes, desde a Guarda, Covilhã e Fundão, assim o pertencem. É a partir da educação, não pertencendo, Senhor Presidente, pertencem à Carta das Cidades Educadoras desde 1990 que foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

criado o seu fórum etc., portanto, eu próprio, tinha investido cientificamente sobre isso e tenho também apresentado. Estamos no momento que se pode ajudar nisso, portanto, congratulo-me, e Deus queira que sim, estou esperançado e sou uma pessoa de grande otimismo quanto à candidatura da cidade criativa, em relação ao Bordado Castelo Branco seja já recente.

Há aqui uma dúvida e não me levem a mal nesse sentido, é o AJS de duzentos e cinquenta e nove barra dois mil e vinte e dois que diz que o Senhor, por ajuste direto, pretende que a Universidade Nova de Lisboa face à consultadoria em relação à Carta Educativa do Concelho de Castelo Branco. Relembro que isto tem sido feito pelo IPCB, das duas uma ou porque o IPCB deixou de ter a confiança, ou então, as pessoas que lá estão, como eu próprio, deixamos também de ter essa capacidade de resposta.

Gostaria que me esclarecesse porque acho aqui, vendo também aqui a Universidade também da Beira Interior que pode também ser consultiva. Portanto, essa sinergia é aqui local e parece-me aqui, não sei, terá as suas razões, mas pedia que refletisse.

Fico também contente neste movimento que tenha realmente em alguns ajustes diretos de adequar determinadas aquisições de serviços e não só de equipamentos, o que quer dizer que vamos pelo bom caminho e parece-me a mim que a sua visão até das divisões vão por aí que mais tarde teremos a ocasião também de ver aqui apresentada em termos de concurso.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM) – Gostava de abordar dois temas dentro do Relatório de Atividades. Primeiro, é se nos confirma que o valor que está no quadro de contencioso, nomeadamente, com a Valamb, se o valor que nos foi fornecido nos documentos é o correto. Esse valor aparece de uma forma, digamos, podia ser melhorada, não sei se pelo facto de aparecer nesse formato, possa ter havido algum lapso.

Segundo, após uma análise, relativamente, detalhada de todo o Plano de Atividades, há um ponto que não encontrei e foi apresentado nesta sala há alguns meses, um Plano de Prevenção Rodoviária Municipal e a verdade é que ontem estive à procura em todo o Plano de Atividades da Câmara Municipal de Castelo Branco, neste período, e não consegui identificar atividades nesse sentido, era um Plano bastante ambicioso que já tive oportunidade de comentar e dar os parabéns pela a ambição desse Plano em termos de redução de sinistralidade, agora se não fazemos nada, nada acontece.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Gostava de saber, o que é que se está a fazer, ou simplesmente, se esse plano foi apresentado, porque havia alguma adjudicação a uma empresa, essa empresa apresentou o Plano porque é um requisito nacional, todos os municípios estão a fazer, mas não satisfaz os Municípios em termos de Plano de Prevenção Rodoviária.

João Filipe Ribeiro (CHEGA) - As minhas dúvidas referem-se aqui à Passagem de Ano e aos custos da mesma. Em primeiro lugar, não consigo compreender a necessidade de contratar artistas de fora, temos tantos artistas na cidade. Passando uma expressão corriqueira “ninguém quer saber quem é o artista, vamos para a festa de qualquer maneira”. É o que ouvimos todos os dias e se fossem daqui não tinham que ir dormir para a sertã porque já cá tinham residência para dormir. Esta é a primeira situação. Atenção porque gosto de festas e acho muito bem fazer-se a festa de Passagem de Ano, mas os municípios não têm bem a noção do dinheiro que se queima e faço questão de frisar que temos o ajuste direto da pirotécnica Oleirense, assim que entramos no novo ano, em 8 ou 9 minutos, queimamos noventa e nove mil euros. É bonito, também gosto de ver o fogo de artifício, mas, se calhar, temos que perguntar às pessoas se têm noção do dinheiro que se gasta.

A outra questão é para além disso, temos aqui um ajuste direto da animação da passagem do ano, penso que foi só para a passagem ano, cento e cinquenta e quatro mil euros para fazer a passagem de ano. A questão é mesmo saber se os municípios têm a noção de que se está a gastar esta quantidade de dinheiro e se isto foi só para uma noite.

Na passagem do ano, ainda não começou o ano e já derretemos duzentos e cinquenta e quatro mil e novecentos euros de ajuste direto.

Carla Sofia Massano (PS) – Gostava de questionar o Senhor João do CHEGA se quando pergunta se os cidadãos têm a noção do dinheiro que foi queimado, usando o seu termo, se o Senhor Deputado também tem a noção do retorno que teve esta festa da Passagem de Ano.

João Filipe Ribeiro (CHEGA) – Acho que até já foi dito aqui hoje, o retorno foi um milhão de faturação, mas essa faturação não é mais do que isso. Quanto é que realmente isso trouxe de retorno? Não sei, mas volto a dizer, que em vez de artistas de dez mil euros, se tivéssemos artistas de trezentos, tínhamos o mesmo volume de faturação aliás, quando são artistas da terra, estão lá a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

tocar e nós estamos a beber, comer e a divertir-nos e quando são artistas famosos estamos ali parados tipo estátuas a olhar para eles.

Presidente da Câmara Municipal – Senhor Deputado, Ernesto Martins, a Carta Educativa de Castelo Branco, Universidade Nova de Lisboa, Instituto Politécnico de Castelo Branco. Este contrato que foi celebrado com a Universidade Nova de Lisboa vem na sequência de um trabalho que vem sendo feito com esta Universidade que já decorria no mandato anterior e tivemos que dar sequência para concluirmos a Carta Educativa. É óbvio, que não temos nada, antes pelo contrário, somos os primeiros defensores das nossas instituições e da forma como essas instituições intervêm no território e promovem esse mesmo território.

Relativamente ao valor colocado pelo Senhor Deputado, Carlos Antunes, quanto ao valor do contencioso com a Valamb, sinceramente, não tenho aqui os dados, o Senhor Diretor, Dr. Alveirinho depois confirmará.

No que diz respeito ao Plano de Prevenção Rodoviária, ainda bem que coloca essa questão, estive em consulta pública até há pouco tempo e não sei se já terminou. Fizemos reuniões com as diferentes entidades envolvidas na Segurança Rodoviária do Município, este plano estive em consulta pública, mas, paralelamente, fomos desenvolvendo ações.

Temos um serviço de proteção civil que considero exemplar, tem feito um trabalho muito importante na sensibilização, por um lado e por outro lado, também naquilo que é a antecipação da resolução de problemas, aliás aproveito para dizer que nos próximos dias, iremos ter várias iniciativas relacionadas precisamente com a Proteção Civil e, neste caso, com sismos, incêndios e mais um conjunto de situações que temos que ter atenção. E, no que diz respeito à prevenção rodoviária, estamos a trabalhar num projeto de intervenção mais próxima direta, coordenada pelo Senhor Coordenador Municipal de Proteção Civil que passa por uma reavaliação e uma intervenção em diferentes dimensões daquilo que é a segurança rodoviária no concelho.

Temos tido muitos contatos de cidadãos, é verdade, que alertam para situações na cidade, às vezes situações de sinalização, outras vezes, situações de falta de sinalização, outras ainda, de sinalização contraditória e também de intervenções que carecem de ser realizadas e é este trabalho que está a ser feito, no sentido, com brevidade possível podermos vir a intervir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quanto aos custos com a Passagem de Ano, Senhor Deputado João Ribeiro, os territórios também se afirmam assim e não é pelo facto de termos tido um espetáculo muito bonito de fogo de artifício na cidade e nas freguesias porque também temos que o dizer, fornecemos aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesias, a todos, um kit de fogo de artifício para a noite de Passagem de Ano. Tem custos. Efetivamente, tem custos e são custos altos, estamos a falar de mais de noventa mil euros. Podemos tomar opções. Houve outros Presidentes de Câmara que decidiram não fazer iluminação de Natal e houve Presidentes de Câmara que decidiram fazer o desfile de Carnaval, são opções e têm custos.

Penso que os albicastrenses se reveem naquilo que foi a Passagem de Ano e na grandeza dessa Passagem de Ano e devo-lhe dizer que não partidarizo isto, não o faço, não o quero fazer, nem está na minha génese fazê-lo, não é uma questão do PS, é uma questão de afirmar Castelo Branco na Passagem de Ano e foi isso que fizemos.

Custou dinheiro? Sim custou.

- Não é por isso que deixamos de ter um apoio social considerado de referência a nível nacional no que diz respeito aos mais carenciados.

- Não é por isso que deixamos de apoiar as famílias na comparticipação com o valor das creches.

- Não é por isso que deixamos de reduzir ainda de forma muito pequenina aquilo que é a redução da fatura da água.

- Não é por isso que deixamos de apoiar as nossas instituições e não foi por isso que deixamos de fazer contratos interadministrativos com variadas freguesias.

Há poucos dias o Senhor Presidente da Freguesia, do Louriçal do Campo, publicou fotografias, relativas a um contrato interadministrativo que celebramos para a colocação no cemitério do Louriçal do Campo, um novo equipamento. É por isso que vêm aqui pelo menos dois contratos interadministrativos que iremos celebrar com a União de Freguesias do Ninho do Açor e Sobral do Campo, e outro com a União de Freguesias, Escalos de Cima e Lousa para a construção de um bunker para instalação de um multibanco. E mais, um conjunto muito significativo de contratos interadministrativos que celebramos com as várias freguesias e Uniões de Freguesia e não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

foi por isso que deixamos de apresentar a nova carrinha que está ao serviço da população na Freguesia do Salgueiro do Campo e, brevemente, um Contrato Interadministrativo, também para entrega de uma carrinha para a Freguesia da Lardosa.

Efetivamente, estamos a intervir no território, nas suas diferentes dimensões e uma Passagem de Ano também é uma dimensão.

Agora, podemos, efetivamente, fazer a Passagem de Ano apenas com artistas locais e valorizamos muito os artistas locais. Ainda não há muitos dias, decorreu na sede da União de Freguesias do Ninho do Açor e Sobral do Campo uma iniciativa patrocinada pela Câmara Municipal com artistas locais, fadistas da nossa terra que foram à Freguesia do Ninho do Açor. Estamos a laborar um programa de animação cultural, nas várias freguesias com os artistas da nossa terra, com artistas locais, mas também acho que Castelo Branco quer e precisa mais. Castelo Branco também tem direito a ter aqui grandes artistas nacionais e internacionais, como tivemos há poucos dias o Miguel Araújo no Cine Teatro Avenida que esgotou a sua capacidade, mas isso custa dinheiro, Senhor Deputado.

Dentro de pouco tempo, vamos ter mais um, quase todos os dias acontece e também custa dinheiro, custa vinte e pouco mil euros e não vale a pena encontrar pretextos para de alguma forma, às vezes, e não é sério o atacar o Presidente da Câmara e o Executivo que lidera. E, dou-vos um exemplo, de algo que considero demagógico e o perigo desta demagogia porque muitas vezes não colocamos em causa o Presidente da Câmara e o Executivo, colocamos em causa a própria democracia e a capacidade e a necessidade de decidir.

Não acompanho as redes sociais, mas chamaram-me a atenção que tinha sido exposto nas redes sociais por causa de um contrato celebrado por ajuste direto, entre a Câmara Municipal e um operador de táxi, no valor de trinta e oito mil euros, como se isto fosse um favorecimento, ou algo de ilegal, isto é o perigo que colocamos na demagogia. É um contrato, por ajuste direto, é verdade, mas que resulta e é pena que não tenha sido dito, do facto, da Câmara Municipal ter lançado um concurso público com este objetivo. Um concurso público que todas as empresas de Castelo Branco, do concelho, ou do país podiam ter participado e foi um concurso que ficou deserto, onde ninguém concorreu. Trata-se de dar resposta a dois alunos com necessidades educativas especiais, da Freguesia das Sarzedas. O que é que tínhamos que fazer? Deixávamos os alunos sem transporte?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Dizíamos aos pais, resolvam o problema porque isso não é competência da Câmara Municipal? É responsabilidade da Câmara Municipal e fez aquilo que tem que ser feito nestas circunstâncias, encontrar um operador que respondesse a este concurso e fizemos um ajuste direto, é verdade, com uma empresa de transportes que trabalha a partir das Sarzedas e ganha um euro por quilometro. Poderá ser os trinta e oito mil euros, ou ser menos, se a empresa realizar menos quilómetros. É óbvio que custa dinheiro, ou vamos pedir ao taxista para vir cá de borla. E, depois, esta questão da concorrência, houve a possibilidade de fazer concorrência, um concurso público que ficou deserto e isto, vai-se repetindo muitas vezes, de forma às vezes descuidada que coloca em causa aquilo que é a verdadeira essência da nossa vida em sociedade que é a democracia, a legitimidade de quem decide porque pelo amor de Deus, não venham dizer que os Presidentes da Câmara agem ou decidem contra as populações.

Quanto às festas de Passagem de Ano, teve efetivamente um custo alto, é verdade, mas foi um custo que acredito que está ao nível de Castelo Branco que queremos afirmar e queremos continuar a projetar.

Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Juntas/União de Freguesia”:

2.1. União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Confeção de Trabalho de estofa. (Proposta n.º 2/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o contrato interadministrativo com a União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo para confeção de trabalho de estofa, no valor de €13.800,60.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

2.2. União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Reparação do muro do Largo de S. João, Rua da Tareleira, Caminho do Torrado, junto ao campo de futebol, Caminho do Chão da Póvoa e Rua Júlio Hermano Pedro em Ninho do Açor. (Proposta n.º 2/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o contrato interadministrativo com a União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo para reparação do muro do Largo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de S. João, Rua da Tareira, Caminho do Torrado, junto ao campo de futebol, Caminho do Chão da Póvoa e Rua Júlio Hermano Pedro em Ninho do Açor, no valor de €33.288,77.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Descentralização de Competência nas Comunidades Intermunicipais. Transferência de Competência no Domínio da Ação Social”. (Proposta n.º. 3/2023)

Presidente da Câmara Municipal – Eu iria reportar a minha intervenção ao ponto 3 e ponto 7.1.. Trata-se da deliberação sobre a transferência de competências para as autarquias no domínio da Ação Social e que em linhas muito gerais consiste no seguinte. Estamos como sabem num processo de transferências de competências da Administração Central para a Administração Local. A Educação está consolidada há bastante tempo e, neste momento, estamos a operacionalizar a transferência de competências no domínio da Ação Social. Aquilo que estava previsto é que esta transferência se efetivasse a partir do dia 1 de janeiro de 2023, houve um processo negocial que diria, duro, mas que teve resultados objetivos entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo para que fosse revisto, ou que fossem revistos os valores que estavam previstos na proposta inicial. Este processo atrasou e levou a que tivesse de alterar a data da transferência de competências que passou do dia 1 de janeiro de 2023 para o dia 3 de abril de 2023 e aquilo estamos aqui a votar, ou a deliberar é a não aceitação, à posteriori.

A partir do dia 3 de abril, essa transferência de competências faz-se de forma automática.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a prorrogação da assunção das competências no domínio da Ação Social para 3 de abril de 2023, no que diz respeito à CIMBB.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 4 – Discussão e votação da proposta de “Alteração do Ponto 2, artigo 43º. do Regimento da Assembleia Municipal de Castelo Branco”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Assembleia Municipal - Quero informar a Assembleia Municipal que de acordo com aquilo que já foi comunicado nos documentos que foram enviados aos Senhores Deputados, na sequência da observação de um munícipe a propósito do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, reuniu no passado dia 18 de janeiro, a Comissão de Revisão do Regimento para abordar este assunto, estiveram presentes todos os Membros da respetiva Comissão. Foram presentes dois pareceres jurídicos que, entretanto, foram pedidos, um ao Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Castelo Branco e outro da ANAM – Associação nacional de Assembleias Municipais. Depois de discutido o assunto com as intervenções de todos os elementos da Comissão foi aprovada, por maioria, com um voto contra do representante do Grupo Municipal do PSD/CDS/PPM, a proposta de alteração ao ponto nº. 2, do artigo 43º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor.

Relativamente à outra proposta, foi digamos, rejeitada, por unanimidade, pela Comissão. Nesta perspetiva a proposta que se submete aqui à Assembleia Municipal de acordo com o Regimento para análise da deliberação, é o articulado com o ponto nº. 2 do artigo 43ª. que diz o seguinte: o que está em vigor, a intervenção do público deverá versar apenas os assuntos constantes da ordem do dia e a proposta da Comissão é que passe a ter esta redação: “a intervenção do público deverá versar apenas os assuntos de interesse municipal”, ou seja, deixa de ter só a possibilidade de abordar os assuntos da ordem do dia que estão a ser discutidos neste dia e serem assuntos gerais de interesse Municipal. E, portanto, é esta a proposta que a Comissão de Revisão do Regimento propõe à Assembleia. Estão abertas as inscrições para que os Senhores Deputados se possam inscrever, se assim, o acharem necessário, conveniente e oportuno.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM) – Em relação a este ponto 4 que vai ser posto a votação, alteração do ponto 2 do artigo 43º. do Regimento, à Comissão de Revisão do Regimento, chegaram dois documentos, um da ANAM e o outro que é uma opinião/parecer do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal. Não posso deixar de referir que o documento opinião/parecer do Departamento de Administração Geral, refere a determinado momento, citando “resulta precisamente do nº. 3 do artigo 27º. do Código do Procedimento Administrativo um texto que podemos analisar, só que quando vamos ver o nº. 3 do artigo 27º. do Código do Procedimento Administrativo, esse texto não coincide. Por isso, face a isso, o que este texto diz, “de acordo com a lei, ou que o órgão tiver deliberado nesse sentido, não diz que é o que está transcrito na opinião/parecer. Tendo isto em conta, para mim o que é claro e face ao parecer da ANAM, é que cabe a esta Assembleia decidir, não está na lei. A Lei é definida aqui, o que decidirmos é aquilo que é posto em prática. Esta é a única coisa que para mim está bastante clara. Tendo em conta, consideramos que um cidadão eleito porque todos os que estão aqui foram eleitos e foram alvo de sufrágio, não pode ter menos direito do que o público em geral e na minha interpretação, é isso que está em causa. Considero que o Regimento atual continua válido e vou votar contra isso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Cabe a esta Assembleia decidir, portanto, não é uma imposição legal, cabe a esta Assembleia decidir com o respeito por todas as opiniões que cada um merece, é isso que acho que devemos fazer.

Maria do Carmo Nunes (S-MI) – Eu não fazia intenção de intervir neste ponto, mas já agora e porque efetivamente, penso que o Senhor Deputado Carlos Antunes não analisou, digamos com rigor as exposições do Código do Procedimento Administrativo que por acaso, a redação que o Senhor está a ver, é uma redação antiga. Aquilo que vem, o que está neste parecer do Departamento de Administração Geral é o correto, portanto, ou seja, esse número que aí está, é a redação que está atualmente em vigor. O Senhor foi ver uma redação anterior que, provavelmente, não estará em vigor. Portanto, os pareceres tem a validade que têm, evidentemente, mas efetivamente, é a referência que o Departamento de Administração Geral faz é a correta.

Se me permitem, quero dizer o seguinte, o S-MI por considerarmos que a redação do artigo 43º., nº. 2, não era feliz, considerámos isso na altura porque é nossa opinião, limitava a intervenção do público/cidadão e tive oportunidade de dizer isto em sede própria, uma vez que apenas podia intervir sobre os temas da ordem de trabalhos, pelo que nos sentimos desconfortáveis com a sua aprovação.

Em nossa opinião, o cidadão tem o direito à livre participação na vida pública, interpolando o Município sobre os assuntos, apresentando as suas opiniões sobre assuntos que digam respeito evidentemente às competências dos Órgãos do Município, pelo que consideramos que a nova redação devolve ao cidadão a participação ativa na vida política da comunidade, dando assim, cumprimento aos princípios plasmados na Constituição da República Portuguesa. São princípios que estão na Constituição da República Portuguesa, por isso, é com agrado que vemos esta alteração e evidentemente, vamos votar a favor.

Ernesto Candeias Martins (MPT) – Alertamos na altura que este artigo 43º. poderia lesar e quem é do campo jurídico sabe que isto é polémico, há vários pareceres, mas poderia lesar, mas salvaguardava sempre a decisão deste Órgão, como determinante, não só para a intervenção do público, mas o tempo que lhe era atribuído e os procedimentos. Alertamos na votação quando tinha, na Comissão que trabalhou este Regimento tinha manifestado a favor, mas depois lendo, aprofundando, fiquei com estas dúvidas.

Solicitei que o meu voto de aprovação ficasse condicionado aos pareceres que depois posteriormente vieram e foram motivo de reunião da Comissão Permanente que trabalhou neste Regimento.

O que queria dizer, é que parece-me, que em termos estatísticos a ser um corte naquilo que é a liberdade e aquilo que é a Constituição que determina a liberdade de qualquer cidadão poder aqui se apresentar e poder realmente aqui interferir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Este Órgão é soberano, mas penso que a nova redação está mais ajustada de maneira que qualquer cidadão possa não só estar limitado àquilo que será sempre a agenda das sessões da Ordem do Dia, mas aquilo que também é de Interesse Público Municipal.

Congratulamo-nos e votaremos a favor como é óbvio, assim o manifestamos e em relação àqueles que não o consideram, hoje estamos numa democracia participativa, queremos os cidadãos a participar, é isso que é a consciência. Disse aqui hoje, volto novamente a dizer, se não fizermos para que a consciência da participação de todos melhore o desenvolvimento para contribuir com a as nossas ideias, mesmo que às vezes leve uma dialética de interpretação e confronto dessas ideias para podermos avançar e dar um futuro realmente melhor a este território.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – Há pouco até vimos com alguma dificuldade a quantidade de público que estava para vir. E esta ironia porquê? Dou os parabéns ao Senhor Presidente que no início da Assembleia fez questão de frisar que qualquer cidadão que quisesse intervir, apesar do nosso Regimento dizer que tem que entregar 48 hora de antecedência esse pedido intervenção. Na minha opinião este ponto já se aplicava porque se na ordem de trabalhos, o ponto 1 é a intervenção do Senhor Presidente Câmara sobre os temas da Câmara, qualquer pessoa do público pode intervir com qualquer tema do interesse municipal.

Se o Senhor Presidente falar de um tema, pode falar desse tema, se o Senhor Presidente for omissos nesse tema, também pode falar desse tema porque são temas do interesse do público.

No fundo estamos a criar um problema que não existe. O problema que temos é falta de público e não a participação de público. Votaremos a favor.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) – Eu queria fazer uma breve nota que é o seguinte, os princípios constitucionais carecem sempre de regulamentação. É claro que os princípios constitucionais não são aplicados em bruto, há princípios constitucionais e concretizados na legislação a que deve obedecer esses princípios constitucionais, obviamente. Esta participação do público é sempre bem-vinda, mas também carece de ser regulamentada, é isso que a própria legislação indica que cabe a esta Assembleia regulamentar o modo como os trabalhos devem ser conduzidos. Na regulamentação desses trabalhos, claro que o público tem todo o direito em participar, agora também tem que obedecer, claro está, aos princípios constitucionais também em vigor que é, desde logo, a obediência à lei e ao que está previsto na legislação.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra do PSD/CDS/PPM, 1 abstenção do Presidente da Junta de Monforte da Beira e 38 votos a favor, 18 do PS, 15 do S-MI, 2



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

do PSD/CDS/PPM, 2 do CHEGA e 1 do MPT, aprovar a alteração do Ponto 2, artigo 43º. do Regimento da Assembleia Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

ADITAMENTO

CONVOCATÓRIA DA SESSÃO DE 28/02/2023

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Projeto de Regulamento da Residência de Estudantes do Município de Castelo Branco”. (Proposta n.º 4/2022)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento da Residência de Estudantes do Município de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Proposta de Designação de Júris em Procedimentos Concurais”:

6.1. Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão Comercial e de Modernização Administrativa. (Proposta n.º 5/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 abstenções, 15 do S-MI, 4 do PSD/CDS/PPM, 2 do CHEGA, e 19 votos a favor, 18 do PS e 1 do MPT, aprovar a proposta de designação de Júris em Procedimento Concural para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão Comercial e de Modernização Administrativa.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 8.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

6.2. Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão de Recolha e Valorização de Resíduos Urbanos. (Proposta n.º 6/2023)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 abstenções, 15 do S-MI, 4 do PSD/CDS/PPM, 2 do CHEGA, e 19 votos a favor, 18 do PS e 1 do MPT, aprovar a proposta de designação de Júris em Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão de Recolha e Valorização de Resíduos Urbanos.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 9.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 7 - Discussão e votação da proposta de “Transferência de Competências para as Autarquias (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto)”:

7.1. Competências no Domínio da Ação Social – Prorrogação de Prazo até 3 de abril de 2023. (Proposta n. 7/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a prorrogação da assunção das competências no domínio da ação social, para 03 de abril de 2023.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 10.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

7.2. Competências no Domínio do Estacionamento Público – Delegação na CIMBB. (Proposta n.º. 8/2023)

Presidente da Câmara Municipal – Não há muito a acrescentar, apenas dizer que tal, como acontece, com a transferência de competência do Governo para as autarquias e das Câmaras Municipais para as Juntas de Freguesia, também aqui acontece esta transferência de competências, ou seja, estamos a transferir para a comunidade intermunicipal a operacionalização desta questão.

Orlando Vicente (S-MI) – O S-MI não concorda com esta proposta porque é incoerente com as recentes decisões do Município, relativamente, com a assunção das competências, no âmbito do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

processo de descentralização, como tal, não se percebe porque não se assumem estas competências, uma vez, que estão associadas às receitas para o Município, sendo que neste caso, também não só otimizados recursos que a Câmara Municipal tem, principalmente, quando estamos perante a remodelação dos serviços municipais que fez crescer em muito os serviços da mesma inclusive na área financeira.

João Filipe Ribeiro (CHEGA) – As minhas dúvidas são concretas e confesso alguma ignorância relativamente a este tema que pelo menos na análise, não percebi, se haverá algum ganho financeiro para a Câmara. Qual é o valor que a Câmara terá? Ou será que tem um custo?

Presidente da Camara Municipal – Foram colocadas duas questões, a Câmara assume, mas há uma questão operacional, ou seja, a Comunidade intermunicipal vai criar uma estrutura especializada que vai dar resposta a todos os processos nos seis municípios, em breve, 8 municípios, da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa. Não precisamos de fazer formação para os trabalhadores da Câmara Municipal ou afetar Quadros da Câmara Municipal a esta função, podendo ser feito por pessoas qualificadas e especializadas nesta matéria.

Quanto aos custos, o que acontece, as multas têm um valor e será dividido entre o Estado, a Autarquia recebe uma parte e a Comunidade Intermunicipal recebe também uma percentagem para fazer face à operação.

O custo deste trabalho será suportado pela parte que cabe depois à Comunidade Intermunicipal, não vem onerar a Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, 14 votos contra do S-MI, 4 abstenções do PSD/CDS/PPM e 21 votos a favor, 18 do PS, 1 do MPT e 2 do CHEGA, aprovar a delegação de competências na CIMBB no Domínio do Estacionamento Público.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 11.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 8 – Dirigentes Intermédios de 3.º Grau (n.º 3 do Artigo 4.º da Lei n.º 49/2021, de 29 de agosto):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Câmara Municipal - Estas propostas para deliberação tem a ver com a reorganização dos Serviços, estamos a falar aqui das Unidades a que corresponde um Dirigente Intermédio de 3.º Grau, cuja remuneração, não está regulamentada por lei. Aquilo que a legislação prevê, é que o Dirigente Intermédio de 3.º Grau, a sua remuneração se possa situar entre a 3.ª e 6.ª posição remuneratória. Esta situação, tem que ser deliberada pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, e no fundo é isto que estamos a fazer, para além daquelas que são as competências e área de recrutamento.

Quero chamar a atenção, não se trata de iniciar o processo de recrutamento dos Chefes de Unidade, trata-se, sim, de definir regras, relativamente, a esse recrutamento, mas sobretudo, de decidir qual é o nível remuneratório desse mesmo dirigente. Aquilo que acontece na generalidade nas autarquias, é que o Chefe de Unidade corresponde à 6.ª posição do nível remuneratório, na categoria de Técnico Superior, aliás foi isso que aconteceu na reorganização dos serviços a vigorar na Câmara Municipal até há pouco tempo, em que o Dirigente Intermédio de 3.º Grau, era remunerado pelo nível remuneratório 6 e é isso que aqui vimos propor para as diferentes Unidades que foram criadas.

8.1. Unidade Orgânica de Contabilidade, Orçamento e Prestação de Contas. (Proposta n.º 9/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 abstenções, 15 do S-MI, 4 do PSD/CDS/PPM, 2 do CHEGA, 1 do MPT e 18 a favor do PS, concordar com o enquadramento constante da proposta de recrutamento de um dirigente intermédio de 3.º grau, para a Unidade Orgânica de Contabilidade, Orçamento e Prestação de Contas, do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Castelo Branco para o ano de 2023.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 12.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

8.2. Unidade Orgânica de Cultura. (Proposta n.º 10/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 abstenções, 15 do S-MI, 4 do PSD/CDS/PPM, 2 do CHEGA, 1 do MPT e 18 a favor do PS, concordar com o enquadramento constante da proposta de recrutamento de um dirigente intermédio de 3.º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

para a Unidade Orgânica de Recursos Humanos, do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Castelo Branco para o ano de 2023.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 16.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

8.6. Unidade Orgânica de Turismo. (Proposta n.º 14/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 abstenções, 15 do S-MI, 4 do PSD/CDS/PPM, 2 do CHEGA, 1 do MPT e 18 a favor do PS, concordar com o enquadramento constante da proposta de recrutamento de um dirigente intermédio de 3.º grau, para a Unidade Orgânica de Turismo, do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Castelo Branco para o ano de 2023.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 17.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

8.7. Unidade Orgânica Florestal. (Proposta n.º 15/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 abstenções, 15 do S-MI, 4 do PSD/CDS/PPM, 2 do CHEGA, 1 do MPT e 18 a favor do PS, concordar com o enquadramento constante da proposta de recrutamento de um dirigente intermédio de 3.º grau, para a Unidade Orgânica Florestal, do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Castelo Branco para o ano de 2023.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 18.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 13 horas e 30 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 1.º Secretário,